

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

## 2017

APROVADO ASSEMBLEIA GERAL  
28/03/2018

*[Handwritten signature]*  
Auto

*[Handwritten signatures]*



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

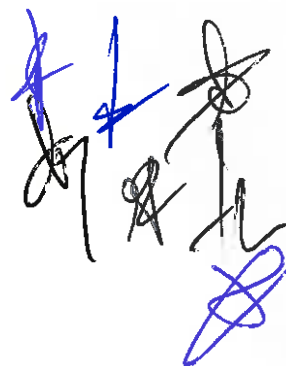
## APCVR



## Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2017

*Prevenir, (re)habilitar, incluir e apoiar a pessoa com Paralisia Cerebral, e as suas famílias. Desenvolvemos para isso, uma multiplicidade de respostas assegurando uma intervenção contínua nas diferentes etapas do ciclo de vida dos nossos Clientes. Assumimos o compromisso de responder o mais eficazmente possível a todas as necessidades de intervenção na nossa população.*



## Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2017

O documento que se apresenta, pretende explicar e descrever em termos de indicadores quantitativos, as atividades desenvolvidas pela Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real no decorrer do ano 2017.

Tendo com base o enquadramento legal (Decreto Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, alterado pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho) do documento em causa, a APCVR, assume este documento não só com o carácter obrigatório de apresentação de resultados, mas como um balanço do ano, validando as possibilidades, potencialidades e vicissitudes de cada resposta social educativa.









## Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

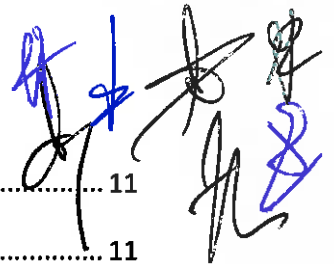
A Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos que tem por objetivo a prevenção, habilitação, inclusão social e apoio à pessoa com Paralisia Cerebral, situações neurológicas afins e outras e sua família.

Assume uma multiplicidade de respostas ao nível social e educativo de forma a assegurar uma intervenção contínua, dando cobertura a todas as etapas do ciclo de vida, numa tentativa de responder o mais eficazmente possível a todas as necessidades de intervenção da sua população alvo.

A APCVR rege a sua conduta colaborativa e de intervenção, pelos táteis valores da nossa Instituição:

-  Humanismo
-  Compromisso com a qualidade
-  Inovação
-  Cooperação
-  Rigor
-  Inclusão e Equidade

Pretende ser uma instituição de referência no que concerne à intervenção junto de crianças e Jovens com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins, alicerçando a sua prática altamente especializada na vasta experiência adquirida ao longo dos 26 anos a prestar serviços.



## Conteúdo / ÍNDICE GERAL

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1. Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real .....	11
1.2. Órgãos Sociais .....	12
1.2.1. Assembleia Geral.....	13
1.2.2. Direção (Órgão de Administração).....	14
1.2.3. Conselho Fiscal (Órgão de Fiscalização).....	15
1.3. Organograma.....	15
.....	17
<b>2. ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL 2017</b> .....	18
2.1. Respostas Sociais 2017.....	18
2.2. Período de Funcionamento Institucional.....	18
2.3. Recursos Humanos.....	20
2.4. Distribuição de Clientes/Utentes por área geográfica.....	26
2.5. Perfil de Idade dos Clientes/Utentes e tempo de permanência na Resposta Social 28	
<b>3. RESPOSTAS SOCIAIS</b> .....	34
3.1. IPI – Intervenção Precoce na Infância .....	34
3.2. Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD) .....	38
3.3. Centro de Atividades Ocupacionais – CAO APCVR.....	44
3.4. Centro Prescritor de Produtos de Apoio – CPPA APCVR.....	50
3.5. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário .....	54
3.6. Lar Residencial APCVR.....	58
3.7. Associativismo Desportivo .....	62
3.8. Transportes APCVR.....	66
3.9. CRI – Centro de Recursos para a Inclusão Alto Tâmega – Douro Norte.....	70
3.10. Outras Atividades APCVR .....	74
3.11. Reclamações.....	74

<b>4.</b>	<b>BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO 2017 vs RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017</b> .....	76
4.1.	Ações Institucionais.....	76
4.2.	Ações Técnicas .....	83
<b>5.</b>	<b>RECURSOS E ORÇAMENTO</b> .....	94
5.1.	Recursos físicos .....	94
5.1.1.	Edifícios e outros espaços .....	94
5.1.2.	Viaturas .....	94
5.2.	Parceiros.....	94
5.3.	Outros Parceiros.....	95
5.4.	Candidaturas a Projetos .....	96
5.4.1.	Contextualização .....	96
5.4.2.	Instituto Nacional para a Reabilitação .....	97
5.4.2.1.	Acampamento Nacional de APC's – Projeto 78/2017 .....	97
5.4.2.2.	Promoção das Condições de Acessibilidade às Instalações da APCVR – Projeto 177/2017 .....	99
5.4.3.	BPI Capacitar 2016 .....	100
5.4.4.	Fundação EDP - Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2017” .....	101
5.5.	Actividades de Angariação de Fundos.....	103
5.5.1.	1ª Caminhada APCVR .....	103
5.5.2.	Bar das Corridas APCVR / WTCC (48º CIVR) .....	105
5.6.	Donativos.....	105
5.7.	Análise da Gestão Planeado vs Executado .....	106
5.8.	Contas do exercício .....	107
5.9.	Resultados .....	108
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	109
<b>7.</b>	<b>ANEXO – CONTAS DO EXERCÍCIO 2017</b> .....	113



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Membros da Assembleia Geral (2015-2017).....	13
Tabela 2 - Membros da Assembleia Geral (2018-2021).....	13
Tabela 3 - Membros da Direção APCVR 2015-2017 .....	14
Tabela 4 - Membros da Direção APCVR 2018-2021 .....	14
Tabela 5 - Membros do Conselho Fiscal.....	15
<b>Tabela 6 - Calendarização das Respostas Sociais da APCVR 2017 .....</b>	<b>19</b>
Tabela 7 - Quadro resumo de recursos humanos.....	21
Tabela 8 - Perfil de idade de clientes/utentes e tempo de permanência na resposta social .....	28
Tabela 9 - Parametrização do grau de permanência em CAO e LAR .....	29
Tabela 10 - Atendimentos vs Faltas CAARPD .....	41
Tabela 11 - Parametrização do plano de actividades de CAARPD .....	41
Tabela 12 - Evolução das frequências apoios técnicos de CAO, nos últimos 3 anos, .....	46
Tabela 13 - Parametrização do plano de actividades de CAO.....	48
Tabela 14 - Parametrização do plano de actividades de Lar Residencial.....	60
Tabela 15 - Parametrização do plano de actividades de Associativismo Desportivo .....	63
Tabela 16 - Parametrização dos apoios em CRI .....	70
Tabela 17 - Listagem de outras actividades APCVR.....	74
Tabela 18 – Análise das ações previstas na Perspectiva Financeira ( <i>previsão / execução</i> ) .....	77
Tabela 19 - Análise das ações previstas na Perspectiva Aprendizagem e Desenvolvimento ( <i>previsão / execução</i> ) .....	79
Tabela 20 - Análise das ações previstas na Perspectiva Processos Internos ( <i>previsão / execução</i> ) .....	80
Tabela 21 - Análise das ações previstas na Perspectiva Clientes ( <i>previsão / execução</i> ) .....	82
Tabela 22 - Análise das ações previstas em IPI ( <i>previsão / execução</i> ).....	83
Tabela 23 - Análise das ações previstas em CAARPD ( <i>previsão / execução</i> ) .....	84
Tabela 24 - Análise das ações previstas em CAO ( <i>previsão / execução</i> ).....	84
Tabela 25 - Análise das ações previstas em Lar Residencial ( <i>previsão / execução</i> ).....	85
Tabela 26 - Análise das ações previstas em SAD ( <i>previsão / execução</i> ) .....	86
Tabela 27 - Análise das ações previstas em CRI ( <i>previsão / execução</i> ) .....	86
Tabela 28 - Análise das ações previstas na área de Saúde I ( <i>previsão / execução</i> ) .....	87
Tabela 29 - Análise das ações previstas na área de Saúde II ( <i>previsão / execução</i> ) .....	87
Tabela 30 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação I ( <i>previsão / execução</i> ) .....	88
Tabela 31 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação II ( <i>previsão / execução</i> ) .....	88
Tabela 32 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação III ( <i>previsão / execução</i> ) .....	89
Tabela 33 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação IV ( <i>previsão / execução</i> ) .....	90
Tabela 34 - Despesas a 31.12.2017 - Planeado vs Executado .....	106
Tabela 35 - Receitas a 31.12.2017 - Planeado vs Executado .....	107

Tabela 36 - Imputação dos gastos e perdas (2014, 2015, 2016 e 2017).....	107
Tabela 37 - Imputação dos proveitos (2014, 2015, 2016 e 2017).....	108

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Organograma da APCVR.....	15
--	----

## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Fotografias do acampamento nacional das APC's ..... 98	98
Imagem 2 - Fotografias da inauguração das obras de promoção de condições de Acessibilidade à APCVR..... 100	100
Imagem 3 - Fotografias o projeto BPI Capacitar 2016 - (D)Eficiência na Comunicação (D)EC.. 101	101
Imagem 4 - Fotografias das obras apoiadas pela Fundação EDP..... 102	102
Imagem 5 - Sala de Snoezelen requalificada..... 103	103
Imagem 6 - Fotografias da 1ª caminhada APCVR..... 104	104
Imagem 7 - Fotografias do bar das corridas APCVR/WTCC (48º CIVR)..... 105	105



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**ABREVIATURAS:**

APCVR	Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real
CAAAPD	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência
CAARPD	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CPPA	Centro Prescritor de Produtos de Apoio
CRI	Centro de Recursos para a Inclusão
FEAC	Fundo Europeu de Auxílio aos Carentes
GAM's	Grupos de Ajuda Mútua
IPI	Intervenção Precoce na Infância
LR	Lar Residencial
NEE	Necessidades Educativas Especiais
PA's	Produtos de Apoio
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
RAD	Registo de Atividades de Vida Diária
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SBV	Suporte Básico de Vida
PDCA	Planeamento, verificação <b>execução e acção</b> (Ciclo de)



**APCVR 2017**



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

O ano de 2017 representa para a APCVR a mudança de ciclo, quer pela mudança de órgãos sociais, quer pela maneira diferente de atuar e posicionar a imagem da APCVR junto da sociedade.

A alteração inequívoca de modelos relativos à incapacidade e deficiência ao nível europeu e consequente ajustamento e adaptação de novas formas de intervenção elaboradas pela APCVR, fez deste ano, uma clara meta no que concerne ao cumprimento da convenção dos direitos e este ano acreditamos que humanizamos os serviços que prestamos a todos os nossos Clientes, melhoramos procedimentos e acima de inovamos na forma de intervir e responder às necessidades da nossa população.

Não temos dúvida que o grau de satisfação de todos os que nos acompanham diariamente, tem vindo a aumentar e que certamente no futuro será ainda maior.

Acreditamos que os direitos da pessoa com deficiência é o pilar base de toda a intervenção dirigida à população com deficiência e incapacidade, baseando por isso todos os procedimentos na escolha directiva e informada, bem como nas orientações tutelares que regulam os normativos de atuação.

Ao nível directivo, este foi um ano marcante com a eleição de novos órgãos sociais, rompendo o paradigma instituído pela anterior direcção, que se mantinha neste estatuto há 12 anos.

No entanto salienta-se que muitas das decisões estratégicas internas e externas eram já desenhadas pelo atual presidente da direcção, que anteriormente desempenhava as funções de secretário da direcção, mas que na realidade tinha delegação de competências alargadas, desde a área dos recursos humanos à área dos projetos estruturais, passando pela área financeira. E certamente que já são notórios os resultados sobre as alterações estratégicas implementadas no último ano, com aprovação de vários projetos da responsabilidade de Jorge Faustino e Sofia Borges, tendo alguns deles já sido executados e outros estão em execução ou aprovados para serem executados em 2018. Todas essas estratégias têm sempre uma premissa, que é de melhorar as condições de qualidade de vida para todos os clientes / utentes.

Em 2017, a APCVR procurou validar as inconstâncias e potencialidades que tinha para o seu desenvolvimento como instituição de solidariedade social. Fizemos o balanço de 26 anos de atividade e intervenção.

As realidades da paralisia cerebral são diferentes... as nossas famílias estão distintas... os modelos de intervenções foram atualizados a nível europeu... a gestão organizacional tem outros procedimentos!

Podemos afirmar desde já, que possuímos recursos de imensurável valor, para constituirmos uma mudança inequívoca, na melhoria das condições e serviços que oferecemos, na seriação de procedimentos de qualidade e na forma de gestão da própria organização.

Para que todas estas metas, tenham uma concretização plena, este ano, elevamos o potencial humano e colocamos as equipas a participar ativamente na estratégia da APCVR, a construir o seu modelo e implementá-lo com dinâmica, rigor e qualidade, apresentando já esse balanço interno nos resultados que se seguem.

Neste documento, apresentamos a síntese do trabalho e dedicação de todos os elementos da APCVR, procuramos explicar de forma sucinta e parametrizar os dados estatísticos que possam transparecer a realidade e dinâmica institucional da APCVR em 2017.

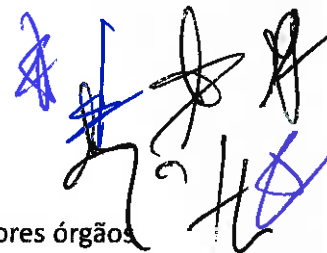
## 1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais eleitos em assembleia geral de 30 de dezembro de 2014 e tomada de posse a 05 de janeiro de 2015, estiveram em exercício no decorrer do triénio 2015-2017, de acordo com os estatutos em vigor à data da sua eleição.

A APCVR viu os novos estatutos submetidos, de acordo com o previsto no estatuto das instituições particulares de solidariedade social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A /2014, 14 de novembro, pela Lei nº 76/2015 de 25 de fevereiro e no regulamento do registo das instituições particulares de solidariedade social, aprovado pela portaria nº 139/2007 de 29 de janeiro, registados pela Direção Geral de Segurança Social a 17 de novembro de 2016.

Os novos estatutos, foram publicados pelo portal do ministério da justiça a 3 de fevereiro de 2017.

Neste novo enquadramento foi realizado a assembleia geral eleitoral a 15 de dezembro de 2017, tendo sido eleitos os novos órgãos sociais, com tomada de posse a 15 de janeiro de 2018.



Consequentemente, a execução do ano de 2017 foi da responsabilidade dos anteriores órgãos sociais. No entanto a elaboração do presente relatório coube aos novos Órgãos Sociais, que se encontram em funções desde o dia 15 de janeiro de 2018.

### 1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2017 é composta pelos seguintes membros:

**Tabela 1 - Membros da Assembleia Geral (2015-2017)**

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Luís Manuel Mota Bastos	94
1º Secretário	João Batista Ribeiro	1
2º Secretário	Lígia Marina de Sousa Pinto	237

A Assembleia Geral em efetividade de funções à data de elaboração do presente relatório é composta pelos seguintes membros:

**Tabela 2 - Membros da Assembleia Geral (2018-2021)**

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Carlos Humberto Varela Rodrigues	40
1º Secretário	Lígia Marina de Sousa Pinto	237
2º Secretário	Armínio José Dinis Lameirão	373

### 1.2.2. Direção (Órgão de Administração)

A Direção em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2017 é composta pelos seguintes membros:

Tabela 3 - Membros da Direção APCVR 2015-2017

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Carlos Humberto Varela Rodrigues	40
Vice-Presidente	João Horácio Soares Medeiros	3
Secretário	Jorge de Jesus Pereira Faustino	345
Tesoureira	Margarida Rosa Gaspar Ferreira	18
Vogal	Cid Magalhães Gomes	27
Vogal	Armando Laudemiro Mesquita Carvalho Silva	55
Vogal	Rui Eduardo Lopes de Almeida	24

A Direção em efetividade de funções à data de elaboração do presente relatório é composta pelos seguintes membros:

Tabela 4 - Membros da Direção APCVR 2018-2021

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Jorge de Jesus Pereira Faustino	345
Vice-Presidente	João Horácio Soares Medeiros	3
Secretário	Márcio Alexandre Monteiro Pereira	377
Tesoureiro	Artur Ribeiro de Carvalho	382
Vogal	Maria Helena Barros Pimentel	389
Vogal	Carlos Alberto Ferreira Dias Bessa	17
Vogal	Armando Jorge Carvalhais Figueiredo	369

### 1.2.3. Conselho Fiscal (Órgão de Fiscalização)

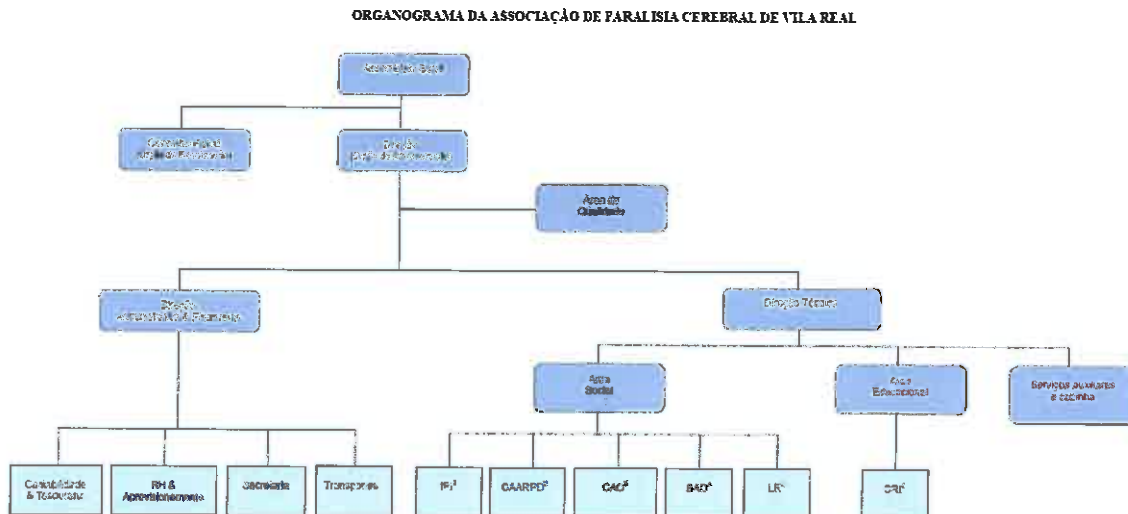
O Concelho Fiscal em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2017, reeleito e em efetividade de funções à data de elaboração do presente relatório, é composto pelos seguintes membros:

Tabela 5 - Membros do Conselho Fiscal

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Eduardo Luís Varela Rodrigues	19
Vogal	José Manuel Magalhães Ribeiro	95
Vogal	Ana Virgínia Vaz Pinto Vilaverde	223

### 1.3. Organograma

O Organograma em vigor, foi reestruturado em reunião de direção de 26/07/2016, é o que se apresenta de seguida:



<sup>1</sup> Intervenção Precoce na Infância  
<sup>2</sup> Centro de Atendimento Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade  
<sup>3</sup> Centro de Apoio Social Ocupacional  
<sup>4</sup> Serviço de Apoio Comunitário  
<sup>5</sup> Lar Residencial  
<sup>6</sup> Centro de Recursos para a Inclusão

Aprovado em reunião de Direção em 26/07/2016  
 O Presidente da Direção

Ilustração 1 - Organograma da APCVR



Esta página foi propositadamente deixada em branco



Handwritten signature in blue ink.



## Os nossos recursos

## 2. ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL 2017

### 2.1. Respostas Sociais 2017

Tendo em vista a nossa missão institucional, a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real desenvolveu neste período anual várias respostas sociais e serviços especializados, tuteladas pelos:

- i. **Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:**
  - a) Intervenção Precoce na Infância (IPI);
  - b) Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD);
  - c) Centro de Atividades Ocupacionais (CAO);
  - d) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
  - e) Lar Residencial (LR)
  - f) Centro Prescritor de Produtos de Apoio (CPPA)
- ii. **Ministério da Educação e Ciência:**
  - a) Centro de Recursos para a Inclusão (CRI).
- iii. **Município de Vila Real:**
  - a) Associativismo desportivo
  - b) Transportes Especiais Escolares (CPE – Circuito Privativo Especial) para alunos com NEE (necessidades educativas especiais)

### 2.2. Período de Funcionamento Institucional

No decorrer do ano de 2017, a Instituição procedeu ao encerramento por períodos limitados, das respostas sociais CAO e CAARPD, tendo em vista a comodidade dos Clientes, a interação com as suas famílias e a garantia de prestação de apoio contínuo e efetivo nos períodos de funcionamento.

De acordo com a parametrização elaborada nos anos transatos o CAARPD sofre claramente um decréscimo de funcionamento nos períodos de interrupções letivas, assim e de acordo com a anuência de Pais / Responsáveis pelos Clientes a resposta social encerra nos períodos assinalados, de forma a garantir durante o ano o máximo de tempo de permanência em efetividade de serviços da equipa, às valências que constituem esta resposta.

Relativamente ao Centro de Atividades Ocupacionais, a APCVR é particular defensora da necessidade de interrupção de atividades para que todos os Clientes possam beneficiar de um período de descanso e interação junto das suas famílias, dado que frequentam a instituição durante todo ao ano, sendo considerada proveitosa a pausa de atividades ocupacionais.

Para que este procedimento decorra sem constrangimento para todos os intervenientes, foi solicitado o consentimento e a concordância dos Pais, Familiares e/ou Responsáveis, bem como como Intuições e Parceiros intervenientes.

Relativamente ao IPI, validamos um decréscimo na sua intervenção em períodos de férias escolares, no entanto a APCVR assegurou durante todo o ano a intervenção em ambiente familiar desde que consentido pela coordenação da resposta e pelas famílias abrangidas.

A resposta CRI, adquire procedimentos e formalidade educacionais, regendo-se pelo calendário escolar, do ano letivo em causa, e adequando-se ao mesmo.

Relativamente à resposta Lar Residencial e Serviço de Apoio Domiciliário, mantém-se todo o ano em funcionamento sem períodos de interrupção, assim como os serviços mínimos Institucionais (serviços administrativos, cozinha, lavandaria, etc.).

**Tabela 6 - Calendarização das Respostas Sociais da APCVR 2017**

	Calendarização de Respostas Sociais APCVR 2017												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
APCVR													
CAO								Interrupção 31 de julho a 14 de agosto					
CAARPD												Inter. 26 a	
SAD												29 Dez	
IPI													
LAR													
CRI	Ano letivo 2016/2017								Ano letivo 2017/2018				

No decorrer de 2017, apesar dos constrangimentos habituais relacionados com o Circuito Internacional de Vila Real e com a particularidade de terem sido realizados dois períodos distintos de provas impedindo os acessos à instituição (25/26 de julho e 8/9 de julho), a APCVR conseguiu manter os acessos condicionados durante os 15 dias de dinâmicas e montagem e desmontagem de estruturas, tendo sido obrigada por motivos alheios a encerrar as instalações por condições de segurança de todos os clientes e colaboradores, apenas nos dias 24 de junho e 7 de julho (dias que antecedem as provas oficiais).

### 2.3. Recursos Humanos

A ideologia da direção técnica na gestão de recursos humanos, fundamenta-se na certeza de que todos os colaboradores podem ser uma “mola propulsora” da inovação e da mudança institucional, colaborando de forma ativa em todo o processo de desenvolvimento da nossa instituição e na melhoria da prestação direta de cuidados e serviços a todos os Clientes. O desafio enfrentado é estimular a criatividade e a proatividade para a mudança, no seio dos valores assumidos pela APCVR.

Sendo a nossa missão, voltada para o trabalho de pessoas para pessoas, revela-se imprescindível melhorar as habilidades técnicas e humanas de todos os elementos. Salientando nesta perspectiva, algumas áreas que consideramos importantes desenvolver, como a sensibilização para as condutas e envelhecimento da nossa população alvo, novas estratégias de intervenção adaptada, a motivação individual/grupo, a interação/comunicação e o relacionamento interpessoal, através da formação, sensibilização e acompanhamento dos colaboradores em toda a sua prática diária.

Os Recursos Humanos afetos à APCVR e transcritos na tabela 7, são transversais a todas as respostas, sendo constituídos pelos mais variados quadros técnicos especializados, adequando-se às necessidades e perfis dos nossos Clientes, sendo por isso uma afetação versátil e adaptável, mantendo os colaboradores previstos nos acordos de cooperação.

Contamos ainda este ano com 2 estagiários, inseridos em estágio profissional do IEFP, na área de fisioterapia e terapia ocupacional (psicomotricista), bem como um auxiliar de ação direta inserido em contrato emprego-inserção do IEFP.

De forma também a compreendermos as interações que os recursos humanos têm na prática institucional, foi efetuado e parametrizado o absentismo dos colaboradores da APCVR em regime de contrato de trabalho durante o ano de 2017 (N=60).

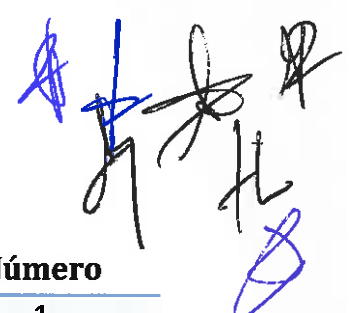


Tabela 7 - Quadro resumo de recursos humanos

Funções	Número
Diretora Técnica	1
Diretor Serviços Administrativos e Financeiros	1
Psicólogos	5
Fisioterapeutas	3
Terapeutas Ocupacionais	5
Terapeutas da fala	3
Técnicos de Serviço Social	3
Administrativos	4
Auxiliares Serviços Gerais	14
Ajudante de Ação Direta	8
Cozinheira	1
Ajudante de Cozinha	1
Motoristas	4
Ajudante Técnico Fisioterapia	1
Educação Física	1
Monitores	4
Servente de construção civil	1
Fisiatra (*)	1
Enfermeira (*)	1
Ajudante Familiar (*)	2
Contabilista (*)	1
Jurista (*)	1
Equitador (*)	1
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

(\*) Regime de prestação de serviços

Dada a especificidade das nossas atividades e o funcionamento de respostas contínuas, consideramos importante a parametrização dos períodos em que a Instituição sofre uma queda acentuada de recursos humanos (gráfico 1), e quais os motivos que condicionam as ausências, tentando validar um padrão regular ao longo dos anos, de forma a antecipar dinâmicas de serviço.

### Absentismo geral de Colaboradores - 2017

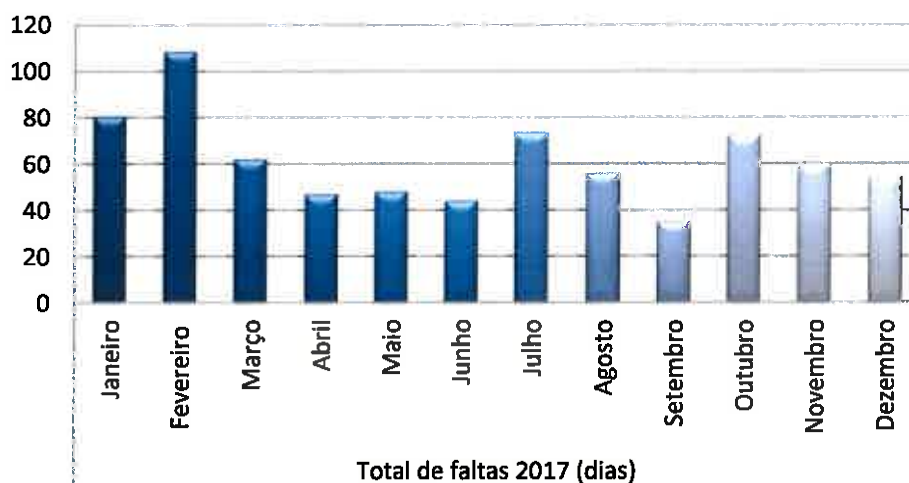


Gráfico 1 - Absentismo dos Colaboradores 2017

De uma forma geral, 38% (N= 25) dos colaboradores da APCVR durante o ano de 2017, registaram ausências de serviço.

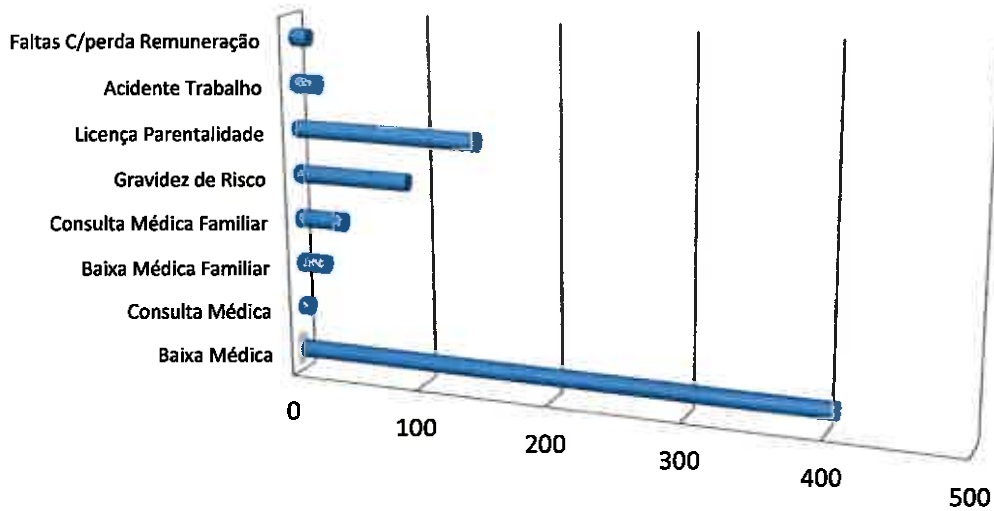
Estas ausências são mais evidentes na categoria de monitores, dado que 75% apresentou durante o ano absentismo laboral, com uma média de 36 dias/ano, seguindo-se a equipa de técnicos superiores, onde 65% desta apresenta também faltas diversificadas ao serviço, obtendo uma média de 19 dias/ano.

Verificamos também, que o mês de fevereiro surge destacadamente, quer pelo número acentuado de dias de ausência laboral, quer como o mês com maior número de colaboradores com faltas ao trabalho, correspondente a 11 funcionários. Ou seja, assegurando o funcionamento dos serviços com 82% dos colaboradores a tempo integral, em que os 18% dos colaboradores com ausências estão dispersos por todas as respostas sociais da instituição, não havendo interferência direta com a qualidade do serviço prestado. Dos colaboradores com ausência, apenas 2 colaboradores tiveram ausências com baixa prolongada e gravidez de risco (superior ou igual a 25 dias).

Para melhor entendimento da realidade e dinâmica dos colaboradores, apresenta-se de seguida o gráfico de motivos de faltas.

*Handwritten notes in blue ink:*  
 8/1/17  
 1/1/17  
 1/1/17  
 1/1/17  
 1/1/17  
 1/1/17

**Dias / Motivo de Faltas 2017**



**Gráfico 2 - Dias vs Motivo de Faltas 2017**

Verifica-se, que as baixas médicas assumem grande parte das ausências de colaboradores na instituição (54% do total de faltas), totalizando 408 dias distribuídos por 18 colaboradores, obtendo-se uma média de 23 dias por colaborador durante os 12 meses do ano (n=18), seguidamente as licenças de parentalidade com 19%, submetidas por 2 pessoas e gravidez de risco.

As situações de gravidez de risco e parentalidade, são para nós de fácil gestão, dado o seu carácter previsível, permitindo que atempadamente se possa adequar e reorganizar as equipas e encontrar soluções que não diminuam a qualidade do serviço prestado.

Comparando com o ano anterior, verificamos que a baixa médica continua a ser o motivo de ausência ao trabalho mais frequente. No entanto, verifica-se nesta categoria uma redução de 50%, relativamente aos dias de baixa em 2016, tal como se observa no gráfico seguinte.

### Nº de faltas/motivo 2016 e 2017

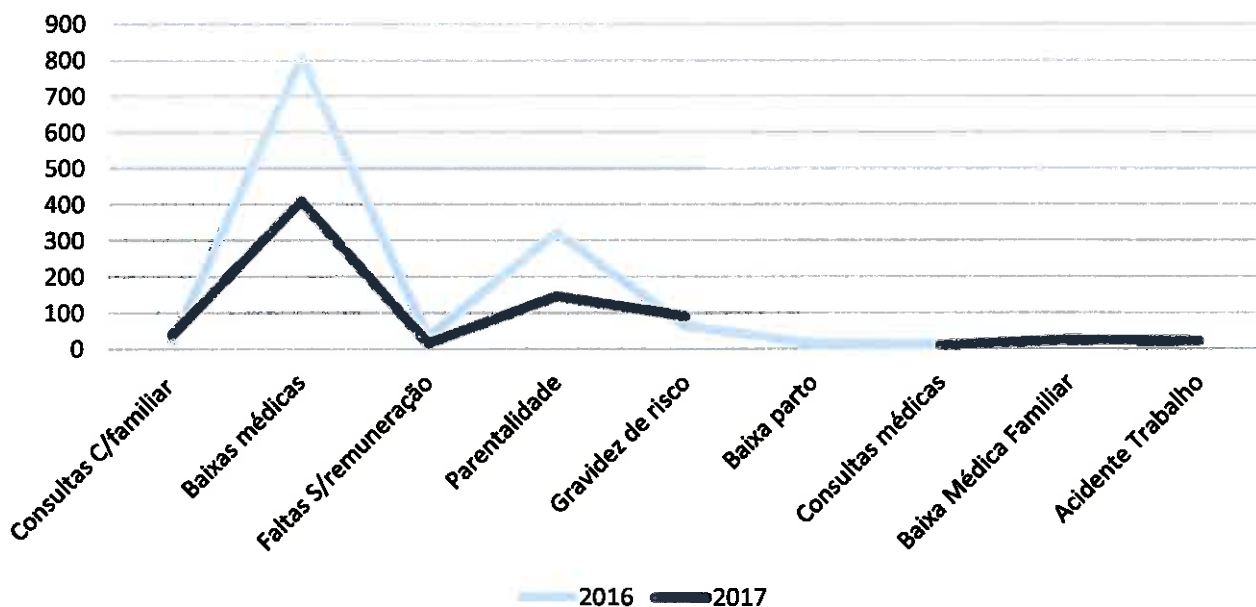


Gráfico 3 - Numero vs Motivo de Faltas 2017

Relativamente ao acompanhamento de familiares a instituições de saúde, a APCVR não analisa este dado com veemência crítica, pois acreditamos na importância de todos poderem auxiliar familiares em questões particulares e delicadas.

### Comparação do Nº de faltas mensal por ano

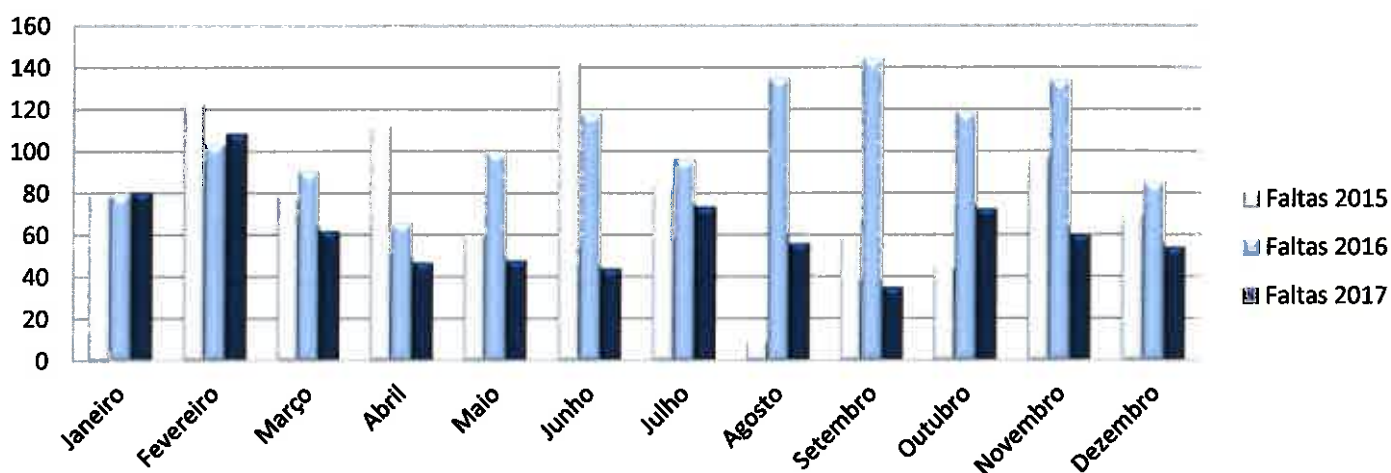


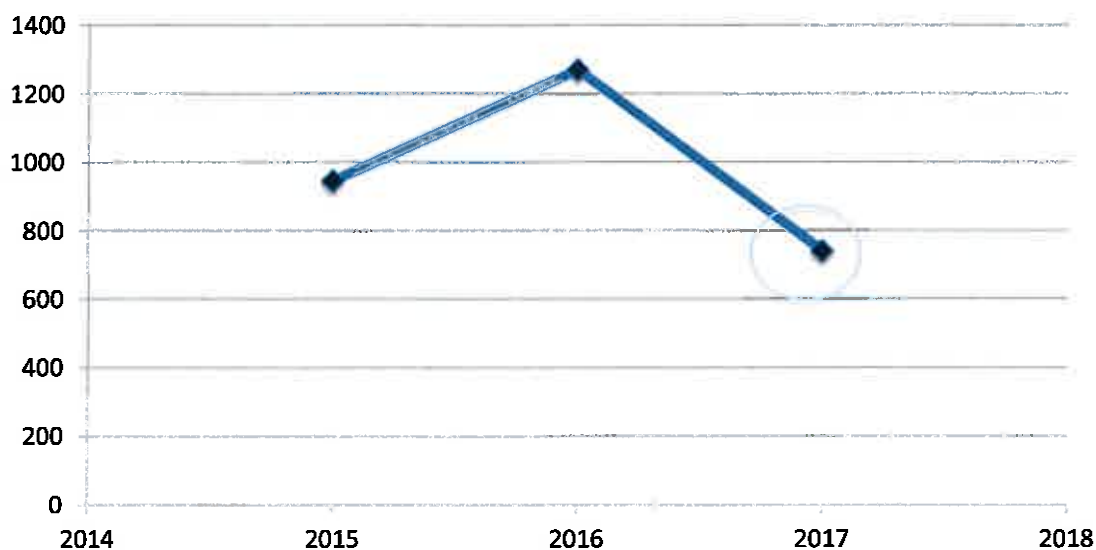
Gráfico 4 - Comparação do número de faltas dos últimos 3 anos



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Num panorama geral, a APCVR ainda não estabeleceu um padrão coincidente de absentismo no onde nos possamos debruçar, no entanto aferimos que os meses de janeiro, fevereiro e julho, apresentam valores aproximados ao longo de três anos consecutivos.

Por analogia verificamos que apesar do número de absentismo laboral ter vindo a diminuir, particularmente na categoria de baixas médicas, não existe um padrão tipificado de ausências (análise comparativa de 2015-2017), para que possamos prever algumas vicissitudes na dinâmica institucional e nas diferentes respostas sociais.



**Gráfico 5 - Evolução do absentismo laboral, total (2015-2017)**

Na análise criteriosa dos dados, podemos esclarecer que no ano de 2017, duas colaboradoras foram submetidas a cirurgias, auferindo consequentemente de baixas prolongadas, tendo igualmente duas colaboradoras apresentado baixa por gravidez de risco e licença de parentalidade, sendo as mesmas coincidentes nos períodos de fevereiro, julho e agosto.

## 2.4. Distribuição de Clientes/Utentes por área geográfica

Ainda no âmbito do enquadramento geral da Instituição, consideramos pertinente a inserção e o estudo da distribuição geográfica de todos os clientes associados a respostas internas da APCVR em 2017, para que possamos analisar numa perspetiva crítica as necessidades geográficas de intervenção direta na população e perspetivas futuras.

### Distribuição de Clientes por Área Geográfica - APCVR 2017

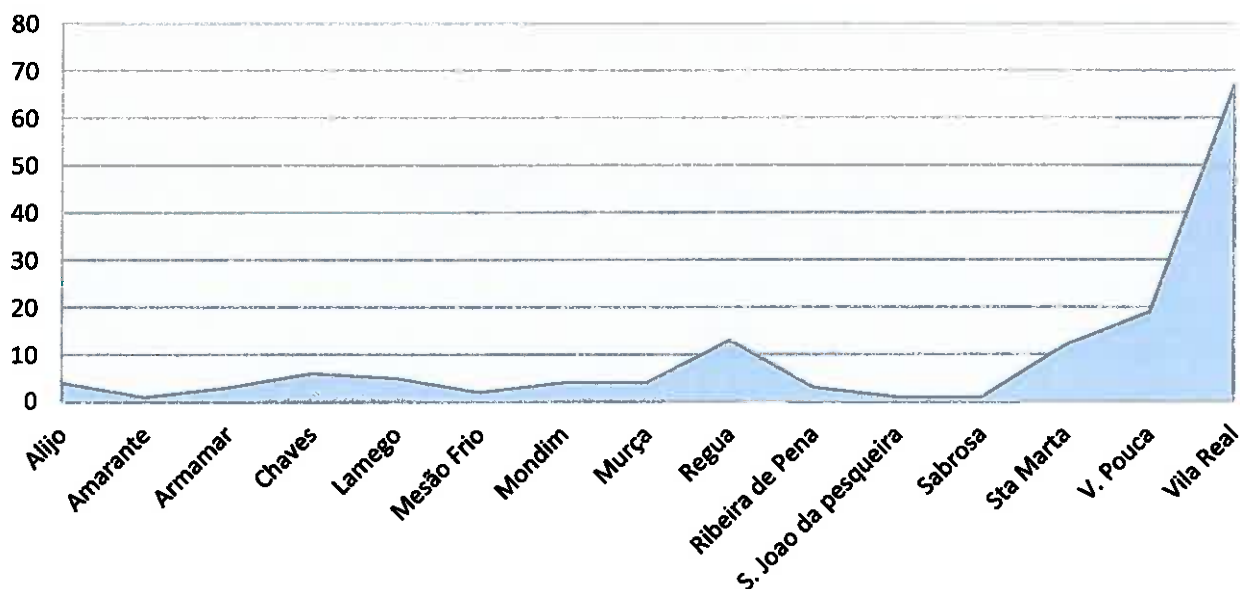


Gráfico 6 - Distribuição de clientes/utentes por área geográfica - APCVR 2017

Verificamos desta forma, que Vila Real, atinge um valor considerável na distribuição de clientes por zona geográfica, correspondendo a 46.21% dos clientes que frequentam respostas internas (n=67) no entanto não poderemos descurar a zona, Santa Marta de Penaguião / Régua / Lamego, que totalizam 20.69% dos Clientes da APCVR, bem como a area de abrangência de Vila Pouca de Aguiar / Chaves (17%) como zonas geográficas expressivas para a APCVR, onde poderemos desenvolver trabalhos e atividades em parceria com entidades locais.

Optamos por não parametrizar os dados das respostas externas, CRI e IPI, dado que as mesmas assumem uma distribuição geográfica alheia à APCVR. O CRI é desenvolvido em Agrupamentos de Escolas e e Escolas não agrupadas, distribuídas pela DGEstE e o IPI, assume a zona de abrangência do Alto Tâmega / Barroso, estando a nossa equipa afeta a Chaves, Cerva (Rib. Pena) e Vila Pouca de Aguiar.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**Distribuição Geográfica de Clientes de CAO**



Gráfico 7 - Distribuição geográfica de clientes de CAO

**Distribuição Geográfica de Clientes Lar Residencial**

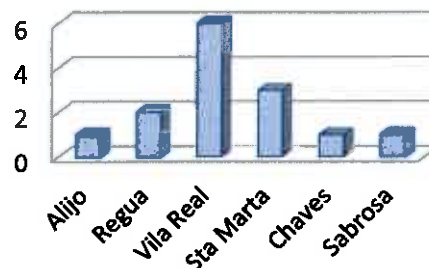


Gráfico 8 - Distribuição geográfica de clientes de Lar Residencial

Pelos valores apresentados, verificamos que o CAARPD é a resposta social da APCVR, que maior diversidade de clientes tem, assumindo um carácter mais abrangente e diferenciado. Destaca-se também nesta resposta a presença de Clientes de Vila Real, e Vila Pouca de Aguiar, representando 55% da capacidade desta resposta.

**Distribuição Geográfica de Clientes CAARPD**

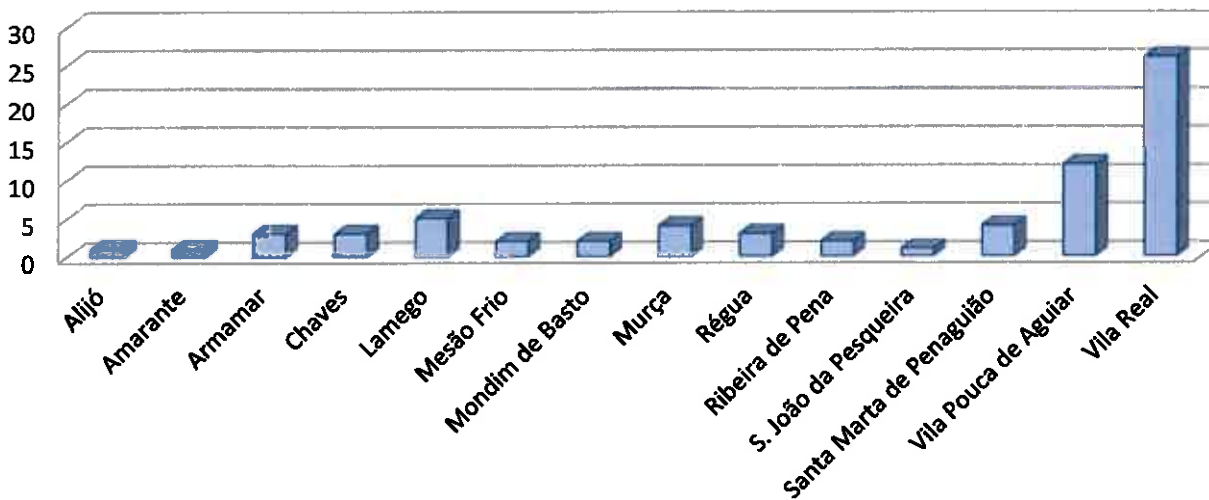
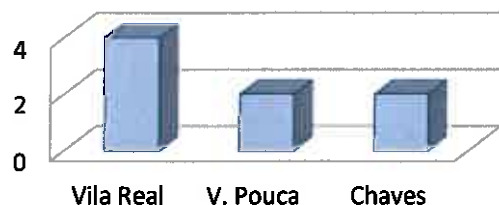


Gráfico 9 - Distribuição geográfica de Clientes CAARPD

### Distribuição Geográfica de Clientes SAD



Relativamente ao SAD, a distribuição é mais premente em Vila Real, com 4 Clientes e equitativa entre Chaves e Vila Pouca de aguiar, com 2 Clientes por zona.

Gráfico 10 - Distribuição geográfica de Clientes SAD

A distribuição das respostas sociais, Lar Residencial APCVR e CAO é representativa da distribuição geográfica traçada para a Instituição, destacando-se as áreas geográficas acima evidenciadas.

## 2.5. Perfil de Idade dos Clientes/Utentes e tempo de permanência na Resposta Social

Na implementação da sua missão institucional, a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real desenvolve uma multiplicidade de respostas procurando assegurar uma intervenção contínua, dando cobertura a todas as etapas do ciclo de vida da pessoa com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins. Considerando este ilustre desígnio validamos que em 2017, abrangemos Clientes dos 1,7 meses aos 60 anos de idade.

Tabela 8 - Perfil de idade de clientes/utentes e tempo de permanência na resposta social

	<b>Público-alvo</b>	<b>Média de Idades</b>	<b>Contexto da intervenção</b>
IPI	0 aos 6 anos	3.89 anos	Ambiente Natural de Vida
CRI	Idade Escolar	11.47 anos	Ambiente Escolar
CAARPD	Mais 7 anos	14.7 anos	Ambulatório
CAO	Mais de 16 anos	37.49 anos	CAO
SAD			Ambiente Natural de Vida
LAR	Mais de 16 anos	42.6 anos	Institucional

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Relativamente ao tempo médio de permanência nas respostas sociais que desenvolvemos, consideramos apenas a resposta social CAO e Lar Residencial, dado que são respostas sociais com tempo de permanência (total ou parcial) na instituição, sendo todos os outros serviços são realizados em ambulatório e/ou contexto natural de vida. Assim, destacamos:

**Tabela 9 - Parametrização do grau de permanência em CAO e LAR**

	<b>Permanência Mínima</b>	<b>Média</b>	<b>Permanência Máxima</b>
CAO	1 ano	12 anos	20 anos
LAR	4 anos	4 anos	4 anos

Os dados recolhidos relativamente ao Centro de Atividades Ocupacionais, são de enorme importância para compreendermos as dinâmicas e as alterações necessárias, adaptando a estrutura à população que dispomos, nomeadamente com uma idade média de 37.49 anos. À semelhança do CAO, validamos a população envelhecida do Lar Residencial e a estimativa de tempo de permanência indeterminado, onde também aqui se requiere um ajustamento específico e adaptado à idade média, correspondente a 42.6 anos.



Esta página foi propositadamente deixada em branco

*Handwritten signatures in blue ink.*



# **Respostas Sociais APCVR - 2017**



Esta página foi propositadamente deixada em branco



*[Handwritten signatures in blue ink]*

# Intervenção Precoce na Infância



### 3. RESPOSTAS SOCIAIS

#### 3.1. IPI – Intervenção Precoce na Infância

De acordo com o Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro, esta resposta é caracterizada como um “conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social” e destina-se a “crianças entre os 0 aos 6 anos de idade, com alterações nas funções e estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”. Com acordo de cooperação celebrado em 15/12/2010 e revisto em 14/06/2013, para 60/80 utentes, o âmbito geográfico de intervenção nesta resposta social incide em seis concelhos do distrito de Vila Real, nomeadamente, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Valpaços, Chaves, Montalegre e Boticas.

Esta resposta, conta com 5 técnicos da APCVR, que se deslocam semanalmente ao contexto real de vida do Utente (Estabelecimento Escolar / Domicílio), concretizando as suas operações com base intervencional nas rotinas dos Clientes e suas famílias.

A pedido, da coordenadora da ELIATB – Equipa Local de Intervenção Precoce Alto Tâmega-Barroso, mantivemos o quadro de recursos humanos solicitados no ano transato com mais uma terapeuta da fala na equipa, sendo este mais adequado para o perfil de intervenção necessário das crianças sinalizadas. No ano de 2017, a nossa equipa técnica intervencionou 27 crianças e suas famílias distribuídas por três concelhos, sendo Ribeira de Pena o concelho que mais crianças têm intervencionadas (n=11).



Gráfico 11 - Distribuição geográfica de clientes IPI

A idade média das crianças em 2016, sofreu um decréscimo de 4.7 anos para 3.9 anos, mantendo a idade média no decorrer de 2017, sendo para nós mais um indicador de sinalizações efetivas e atempadas, proporcionando uma intervenção mais atempada e eficaz, dada a modelagem da equipa e a

sua adaptação às reais necessidades, as valências têm uma distribuição de crianças equitativa entre as diversas especialidades.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Neste contexto, evidenciamos ainda que 74% das crianças (n=20), se encontram em acompanhamento efetivo/intervenção direta e 26% em vigilância.

**Distribuição por valência técnica**

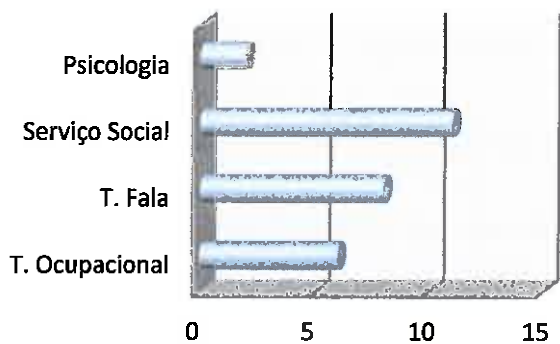


Gráfico 12 - Distribuição por valência técnica

Relativamente à distribuição de crianças por valência técnica, a mesma encontra-se distribuída de forma equitativa, destacando-se de forma subtil o serviço social e a terapia da fala. Estes dados são também congruentes, com as necessidades evidenciadas pela equipa e solicitação de ajustes de valências.

Na distribuição de crianças por idade, validamos com veemência que os casos efectivos de sinalizações mais precoces se encontram em intervenção direta, proporcionando com efectividade um acompanhamento e aconselhamento eficaz, na estruturação de um plano terapêutico.

**Distribuição por idades das crianças acompanhadas pela equipa**

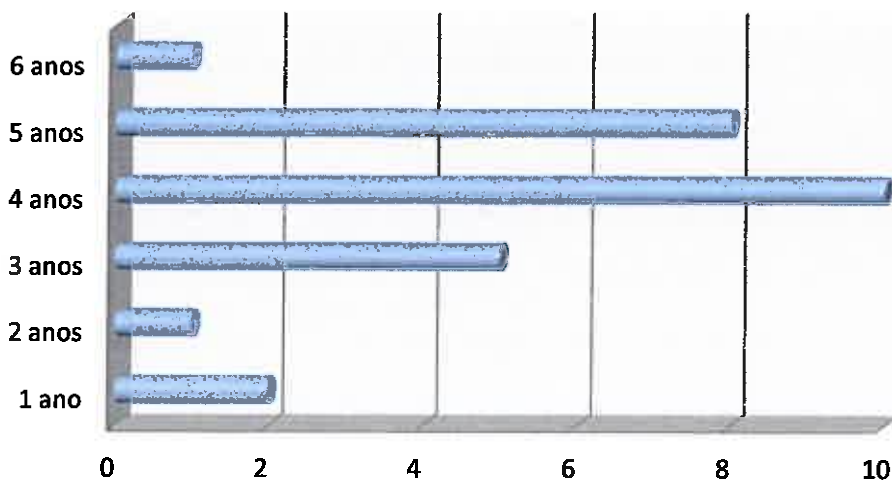


Gráfico 13 - Distribuição por idades das crianças acompanhadas pela equipa



Esta página foi propositadamente deixada em branco

Handwritten signatures in blue ink.

# Reabilitação Social



### **3.2. Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**

Para o CAARPD, este foi o ano de implementação de um novo modelo de funcionamento, adaptado e ajustado aos normativos e orientações emanadas pela portaria nº 60/2015 de 2 de março que indica esta resposta social, como um serviço especializado que assegura o atendimento, acompanhamento e processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais (art. 2º).

Dadas as particularidades do modelo que tínhamos anteriormente, designado por CAAAPD, a modalidade de funcionamento de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, prevê o enquadramento obrigatório de serviços da reabilitação social, como um processo de aquisição de competências pessoais e sociais, com vista à obtenção de uma maior autonomia e participação social da pessoa com deficiência e incapacidade, podendo ser desenvolvida em equipamento, no domicílio ou na comunidade. Neste âmbito e tendo em conta as especificidades da situação de deficiência e o perfil do utilizador é de carácter obrigatório o desenvolvimento de modalidades de atividades da vida diária, competências básicas de autonomia, orientação e mobilidade, intervenções em estimulação sensorial, em formação comportamental e apoio psicossocial para utilizadores e familiares.

Assim, a APCVR desenhou um modelo de funcionamento que disponibiliza aos Pais e a todos os Clientes uma panóplia de intervenções de acordo com as modalidades vinculadas na portaria, proporcionando aos Clientes um número ainda maior de intervenções dadas as especificidades e necessidades da população alvo que constituía a anterior resposta social, protagonizando mais serviços que a equipa considerou como utilitários na intervenção junto de crianças e jovens com deficiência e incapacidade.

Destacamos, o ano de 2017, como o ano zero, onde pudemos validar a adesão das famílias a este novo olhar direcionado para a autonomia e inclusão social baseado nos princípios e os valores consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a Lei nº 38/2004, de 18 de agosto, onde constam as diretrizes do

regime jurídico da prevenção, habilitações e reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

De forma a que possamos validar a dinâmica de intervenções e elaborar uma visão mais ampla do que é realizado nesta resposta social, parametrizamos os serviços efetuados ao longo do ano.

### Nº de intervenções mensais - 2017

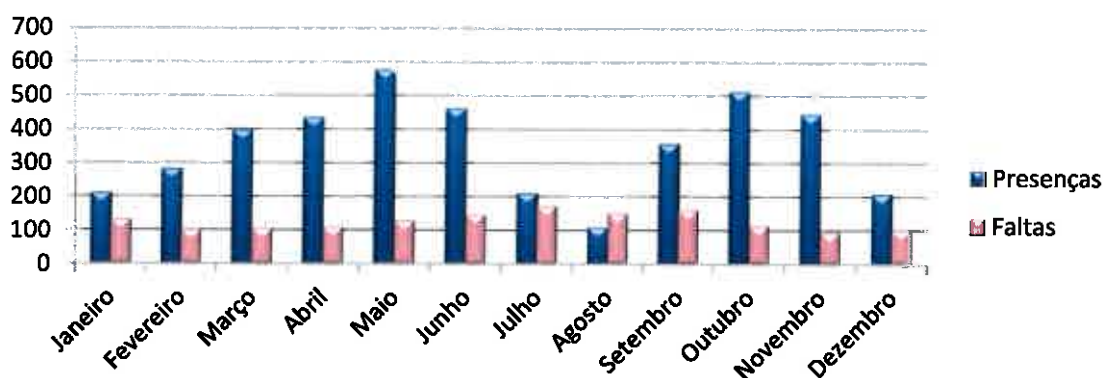


Gráfico 14 - Número de intervenções mensais 2017

No que concerne ao padrão encontrado em 2017 da dinâmica de serviço, verificamos que os picos de atendimento/faltas se mantêm coincidentes com os períodos letivos e respetivas férias. Estamos certos que este padrão se manterá ao longo dos anos subsequentes, pois a população alvo é maioritariamente constituída por clientes do 7 aos 15 anos, estando os mesmos em idade escolar.

Da análise quantitativa do gráfico relativo à assiduidade dos Clientes ao serviço de reabilitação social, constatamos que os meses de verão, sofrem um aumento exponencial do número de faltas, sendo de facto, os meses de julho e agosto críticos para o serviço, onde o número de faltas é muito próximo ou supera inclusive o número de presenças nas intervenções.

No que concerne à distribuição de atendimentos por serviço disponibilizado, verificamos que os Clientes maioritariamente frequentam o ginásio de fisioterapia (36%), seguindo-se a fisioterapia (24%), a psicomotricidade (21%) e a hipoterapia (10%). Numa análise rápida validamos a clara necessidade de terapias com predomínio na reabilitação motora, no entanto validamos também o agrado dos pais na vertente funcional.



### Distribuição de atendimentos por serviço - 2017

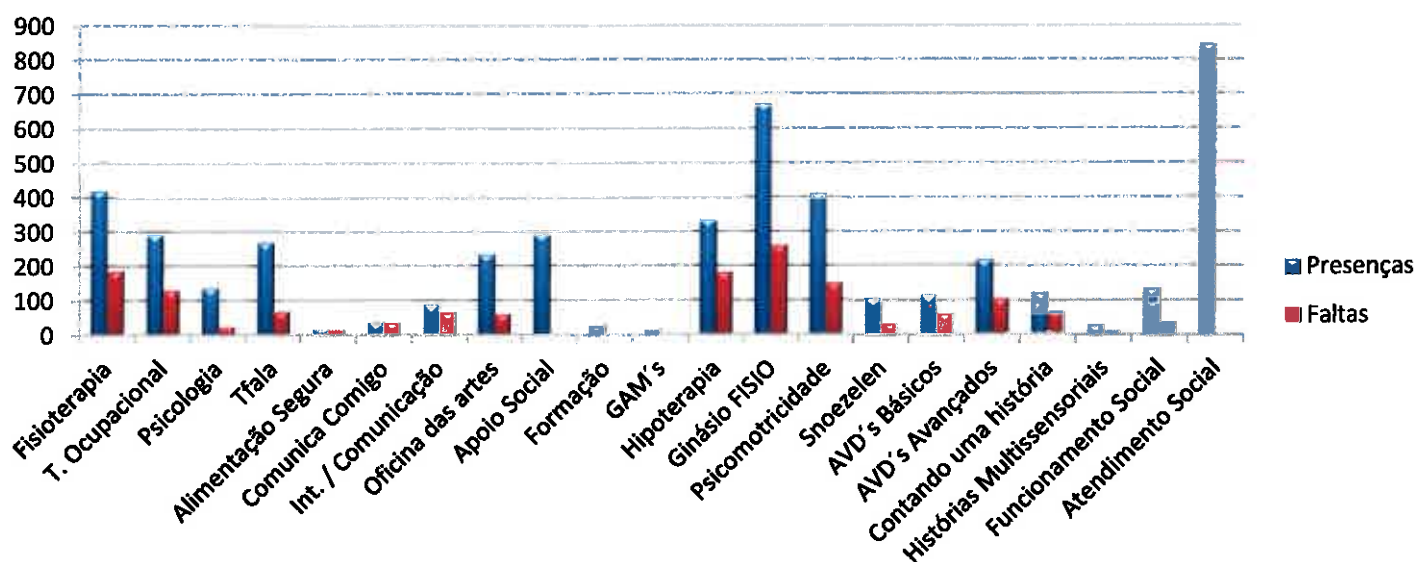


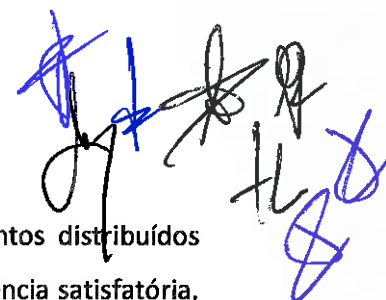
Gráfico 15 - distribuição de atendimentos por serviço - 2017

Não descurando a importância dos pais/cuidadores em todo o processo de reabilitação / inclusão do cliente, a APCVR apostou este ano na intervenção direta para pais e responsáveis.

Demos início a sessões de grupos de ajuda mútua com pais e responsáveis de clientes, onde verificamos para além da adesão, a solicitação de sessões mais frequentes e uma melhoria significativa na forma como compreendem a dinâmica e os objectivos do serviço. Foram também dinamizadas sessões de formação dirigidas às necessidades e esclarecimentos com utilidade na vida quotidiana. Obviamente estes serviços, não atingem significância, quando comparados com as restantes atividades de clientes (43 presenças nas sessões dinamizadas), sendo as sessões de esclarecimento/formação efetuadas pontualmente, e os GAM's com início apenas em novembro 2017.

Particularizamos ainda a inserção de uma atividade extra ao serviço durante o ano de 2017, inserida na resposta social através do projeto (D)EC – (D)Eficiência na Comunicação, cofinanciado pelo BPI Capacitar 2016.





De uma forma geral o CAARPD, realizou durante este ano 4214 atendimentos distribuídos pelos múltiplos serviços que a resposta disponibiliza, com uma taxa de frequência satisfatória, embora ainda não seja aquela que ansiamos para esta nova resposta social que consideramos ser de extrema importância.

**Tabela 10 - Atendimentos vs Faltas CAARPD**

	<b>Nº Total de Atendimentos</b>	<b>Nº Total de Faltas</b>
2017	4214	1532
Varição anual	73%	27%

Relativamente à dinâmica de equipa no que toca ao planeamento e execução de atividades, o ano de 2017, foi de facto também para nós um ano de aprendizagem e cooperação entre as diversas equipas e respostas sociais, no sentido de elaborar um plano de atividades diversificadas a pais e clientes, calendarizado e com previsão de custos para a APCVR.

**Tabela 11 - Parametrização do plano de actividades de CAARPD**

Plano de Atividades Sócio-Cultural CAARPD 2017			Taxa de execução / categoria
Tipologia	Planeadas	Executadas	
Lúdicas, Recreativas e Sociais	7	3	43%
Culturais, intelectuais e informativas	6	5	83%
Desportivas	2	1	50%

A equipa propôs quinze atividades parametrizadas em três categorias distintas, tendo sido as mesmas seleccionadas pela equipa dado o perfil de Clientes e famílias associadas.

No entanto verificamos que os objetivos não foram cumpridos, tendo todos os valores ficado abaixo do esperado como indicador positivo para execução das atividades.

Num contexto generalista, apenas 59% do plano de atividades aprovado, foi executado não tendo por isso cumprido os objetivos e indicadores propostos.

Poderemos vincular que as atividades com maior preferência para Clientes e Famílias, remetem-se para as atividades externas à APCVR e com animação, tendo obtido sempre resultados satisfatórios e positivos com as mesmas. Constatamos que, ao longo do ano existe a

clara necessidade de sensibilizar a equipa, e trabalhar a motivação da família/cuidadores a participar e aderir a estas iniciativas.

Como balanço do ano de 2017, é do nosso entendimento que esta resposta social, sofreu efetivamente grandes alterações a todos os níveis, embora com uma enorme resistência por todos aqueles que a constituem e nela participam, no entanto acreditamos também que a mudança é sempre alvo de ajustes e nivelamento de dinâmicas, esperando no próximo ano, obtermos indicadores positivos nos diversos parâmetros avaliados.

De uma forma geral, acreditamos que este serviço, alcançou ao longo do ano de 2017, ganhos significativos no modelo de intervenção atualizado e em rigor no cumprimento da normativos legais. Integramos novos clientes, disponibilizamos novos serviços, mas sobretudo delineamos um modelo de acompanhamento e proximidade não só com os Clientes mas também com as famílias e responsáveis, pois acreditamos também que estes fazem parte integrante de todo o processo de reabilitação e inclusão social.

Handwritten signature in blue ink.

# Centro de Atividades Ocupacionais



### 3.3. Centro de Atividades Ocupacionais – CAO APCVR

O Centro de Atividades Ocupacionais da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, conta atualmente com um quadro de colaboradores, abrangente e especializado, dando desta forma resposta às exigências ao nível da intervenção com que nos vamos deparando.

Este quadro de colaboradores terá de se ajustar ao normal e progressivo perfil de clientes que constituem e frequentam esta resposta, estando atualmente com uma idade média de 37.49 anos de idade, intercalando entre os 18 e os 60 anos. Ou seja, verificamos que a heterogeneidade dos clientes, se reflete em duas tipologias de população com deficiência e incapacidade que dividimos em 2 setores:

Intervalos considerados de permanência na resposta	% de Clientes
0 a 10 anos	53%
10 a 20 anos	47%

Estas discrepâncias, refletem-se naturalmente no grau de autonomia e consequente disponibilidade para integração de atividades. Afirmamos com isto que a nossa população para além das dificuldades motoras inerentes à paralisia cerebral, depara-se atualmente com um quadro de comorbilidades associadas ao seu envelhecimento.

#### Caracterização por funções do corpo

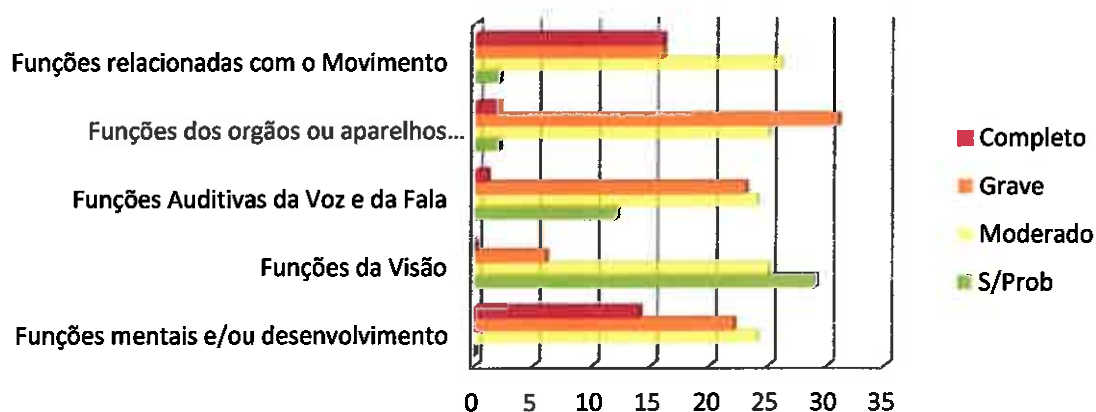


Gráfico 16 - Caracterização por funções do corpo

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Verificamos assim, que 97% dos Clientes apresentam comprometimento motor, dos quais 27% caracterizado como completo e 27% considerado grave, no entanto 100% do centro de atividades ocupacionais patenteia perturbação mental / desenvolvimento, sendo que 23% é comprometimento muito grave. Analogamente a estas condicionantes que conferem a incapacidade a que nos dedicamos, verificamos também que atualmente 97% dos Clientes apresentam disfunções de órgãos ou aparelhos internos (cardiovascular, digestivo, respiratório, etc).

Perante estes dados recolhidos durante o ano de 2017, e relacionando com o tempo de permanência no CAO (+15 anos) consideramos que os clientes em causa, apresentam na generalidade um grau de autonomia satisfatório, e que carece efetivamente de ser trabalhado com afinco, de forma a minimizar a institucionalização em estruturas residenciais de forma precoce.

### Grau de Autonomia por AVD'S - 2017

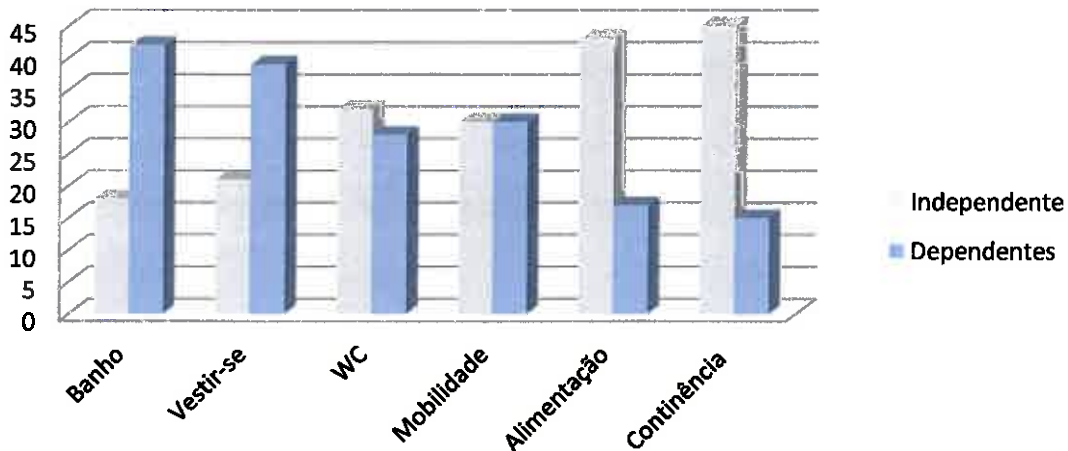


Gráfico 17 - Grau de autonomia por AVD's – 2017 (número de clientes)

Quando nos referimos a um grau de autonomia ajustado, falamos de atividades de vida diária, onde aproximadamente 25% dos clientes são dependentes na alimentação e na continência, no entanto apresentamos também aproximadamente 70% de dependência no banho e em conseguirem-se vestir adequadamente. Ou seja, 70% carece efetivamente de acompanhamento de 3ª pessoa no domicílio, o que muitas vezes é a maior dificuldade do cuidador, dado o envelhecimento concomitante deste.

Assim, constatamos também um acréscimo substancial de tarefas para o Centro de Atividades Ocupacionais, onde se começam a privilegiar as higienizações dos clientes e a satisfação das necessidades básicas.

Em 2017, 23% dos Clientes, realizaram na APCVR, 5594 higienizações, com uma média mensal de 466 intervenções. Referimo-nos apenas a banhos e mudas, não sendo contempladas as higienizações de w.c., higiene oral, etc..

Todos estes dados, se refletem também na evolução dos atendimentos efetuados por valências técnicas, que a cada ano aumentam as suas necessidades. Tendo em 2017, sido efetuadas 5007 intervenções, com um número médio mensal de 417 atendimentos/mês.

Foi também em 2017, que optamos por reestruturar alguns serviços e inclusive por criar novas valências, com a integração de diversos projetos nesta resposta social (D)Eficiência na Comunicação e Reabilitação Wii. Para além das atividades ocupacionais desenvolvidas diariamente, o CAO disponibilizou também, os serviços de equitação terapêutica, hidroterapia / natação adaptada, terapia ocupacional, fisioterapia, psicomotricidade e treino de atividades de vida diária.

Tabela 12 - Evolução das frequências apoios técnicos de CAO, nos últimos 3 anos,

	2015		2016		2017	
<b>Terapia Ocupacional</b>	Presenças	1086	Presenças	1347	Presenças	1486
	Faltas	133	Faltas	158	Faltas	129
<b>Equitação Terapêutica</b>	Presenças	434	Presenças	379	Presenças	379
	Faltas	22	Faltas	59	Faltas	75
<b>Hidroterapia</b>	Presenças	125	Presenças	101	Presenças	123
	Faltas	34	Faltas	54	Faltas	31
<b>Fisioterapia</b>	Presenças	664	Presenças	1059	Presenças	1363
	Faltas	73	Faltas	158	Faltas	173
<b>AVD's</b>					Presenças	144
					Faltas	28
<b>Reabilitação Wii</b>					Presenças	126
					Faltas	0
<b>Psicomotricidade</b>					Presenças	656
					Faltas	106

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Constatamos em particular o incremento da realidade acima descrita nas valências de terapia ocupacional e fisioterapia, onde uma vez mais se reflete o comprometimento motor e o grau de autonomia, sendo esta a congruência entre as necessidades e o perfil dos clientes.

Validamos também, estes dados na percentagem de clientes abrangida por estas valências, respetivamente 77% (N=46) dos clientes de CAO foram acompanhados por terapia ocupacional no decorrer de 2017, 51% por fisioterapia, e este ano em apenas 2 meses de intervenção contemplamos já 44% dos clientes em reabilitação wii, tendo sido instituído este serviço, de forma a trabalharmos o comprometimento motor e a estimulação cognitiva (97% com comprometimento motor e 100% nas funções mentais/desenvolvimento), numa mesma intervenção diversificando o paradigma mais estático das operações clássicas.

### Distribuição da média de Atendimentos/Clientes

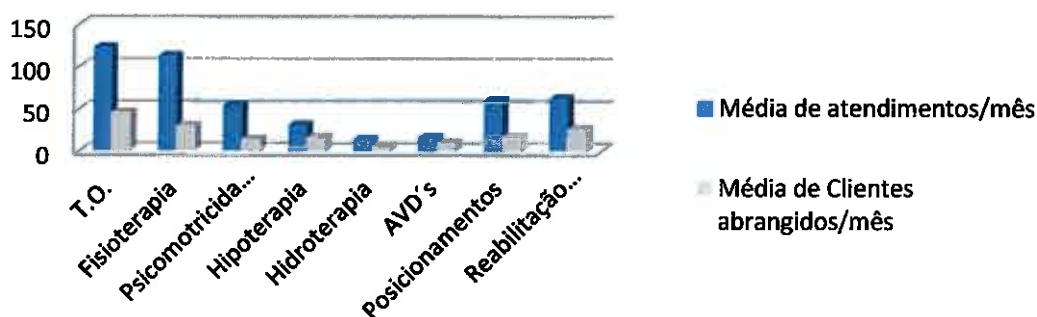
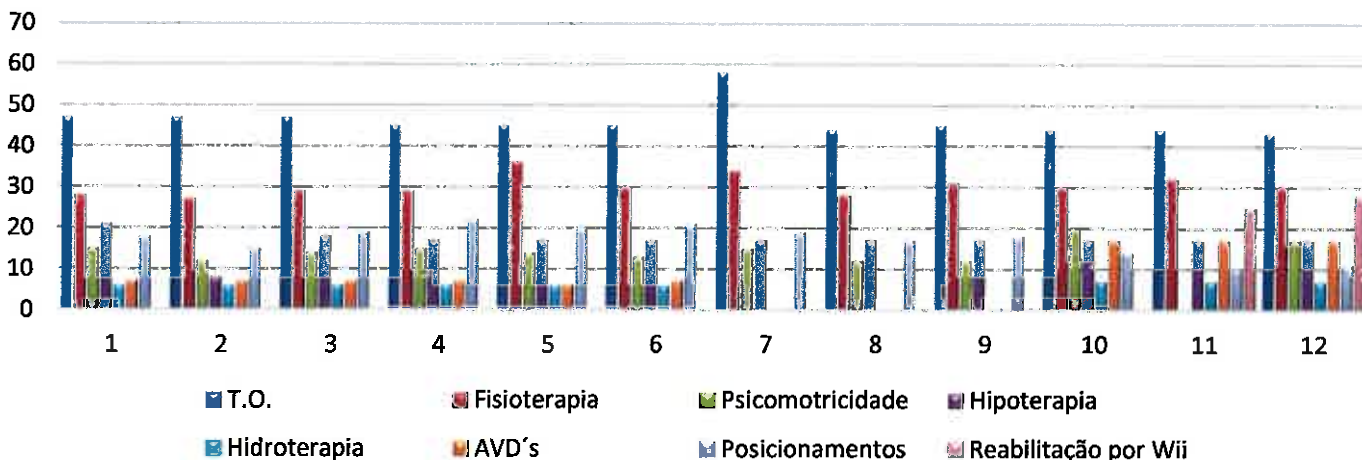


Gráfico 18 - Distribuição da média de atendimentos / clientes

Gráfico 19 - Distribuição de Clientes / Utentes por valência técnica

### Distribuição de Clientes por valência Técnica



Este gráfico, permite-nos ratificar os meses de maior afluência e necessidade dos clientes às terapias convencionais, onde se denota que nos meses de verão a necessidade de fisioterapia decresce, aumentando as atividades de terapia ocupacional. É também nestes meses, que se denota maior afluência de atividades exteriores de animação e inclusão na sociedade.

Este ano, foi pioneiro na construção de um plano sociocultural da resposta social, adaptado às preferências e funcionalidade dos clientes, onde foram realizadas pela equipa técnica as atividades do plano em causa, tendo sido as mesmas decompostas em 169 atividades, paralelas às atividades ocupacionais realizadas diariamente.

Para que possamos explanar e fazer o cruzamento de dados relacionado com as atividades programadas pela equipa técnica do CAO para o ano de 2017, referimos:

Tabela 13 - Parametrização do plano de actividades de CAO

	Atividades Propostas	Atividades Aprovadas	Atividades executadas	Indicador de monitorização I	Indicador de monitorização II
Lúdicas, recreativas e sociais	19	17	16	94% atividades realizadas	Realizadas 3 atividades adicionais
Culturais, intelectuais e formativas	19	19	17	89% atividades realizadas	Realizadas 5 atividades adicionais
Desportivas	11	11	6	55% atividades realizadas	Realizadas 4 atividades adicionais
<b>Total de Atividades</b>	<b>49</b>	<b>47</b>	<b>39</b>	<b>80% Plano Atividades foi cumprido</b>	<b>11 atividades adicionais</b>

Com os resultados expostos, aferimos que o plano de atividades apesar de bastante positivo, não atingiu o indicador de 90% de execução proposto para a sua avaliação, tendo ido de encontro ao segundo indicador de identificação de 3 potenciais atividades. No entanto numa avaliação qualitativa, este foi um ano de satisfação para todos os atores do CAO (Clientes, equipas, pais e cuidadores), atingimos o objetivo de envolver os pais em algumas atividades, conseguimos alargar as parcerias informais na adesão a novas atividades, mas sobretudo a satisfação na animação e envolvimento dos Clientes, patente na avaliação da satisfação em cada atividade.



*Handwritten signature in blue ink.*

# Centro Prescritor de Produtos de Apoio



 CONTACTOS RÁPIDOS	 MENSAGENS ESCRITAS	 CHAMADAS	 INTERNET
 FOTOGRAFIAS	 COMANDO MED	 TEXTO PARA VOZ	 TABELAS DE COMUNICAÇÃO

### 3.4. Centro Prescritor de Produtos de Apoio – CPPA APCVR

O Centro Prescritor de Produtos de Apoio APCVR - *Centro Especializado com Equipa de Reabilitação constituída por médico e pessoal técnico especialista (nível III)*, é uma valência transversal as várias respostas da instituição, fornecendo apoio na área técnica de produtos que melhorem a qualidade de vida dos nossos Clientes e proporcionem maior grau de autonomia. Este serviço, também se encontra disponível, para Clientes externos à APCVR.

Distribuição de Processos de PA/Resposta Social

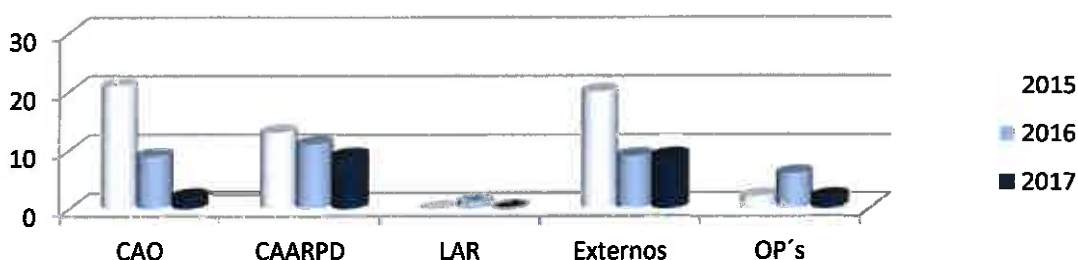


Gráfico 20 - Distribuição de processos de produtos de apoio / resposta social

Durante o ano de 2017, em função dos dados disponíveis, verificamos uma diminuição do número de processos de produtos de apoio (2015 – 56 processos / 2016 – 36 processos / 2017 – 22 processos) instruídos pelo Centro Prescritor de Produtos de Apoio da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real CPPA APCVR. Esta diminuição justifica-se também pela dificuldade em obter a renovação das senhas de acesso ao SAPA, junto do ISS, o que impediu novas prescrições no ultimo trimestre de 2017.

Prescrição anual por resposta social

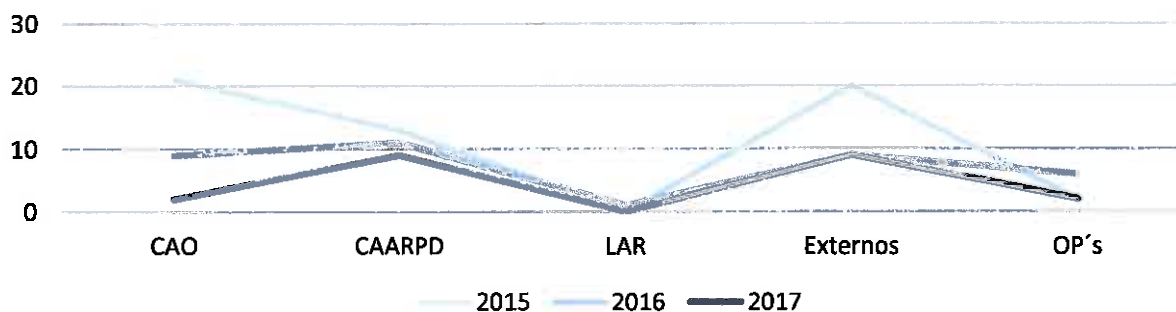


Gráfico 21 - Prescrição anual por resposta social

No decorrer deste ano, foram fomentadas alterações metodológicas no CPPA, tendo como meta a transparência e equidade de todo o processo para Clientes e Empresas.

### Prescrição Anual de Produtos de Apoio

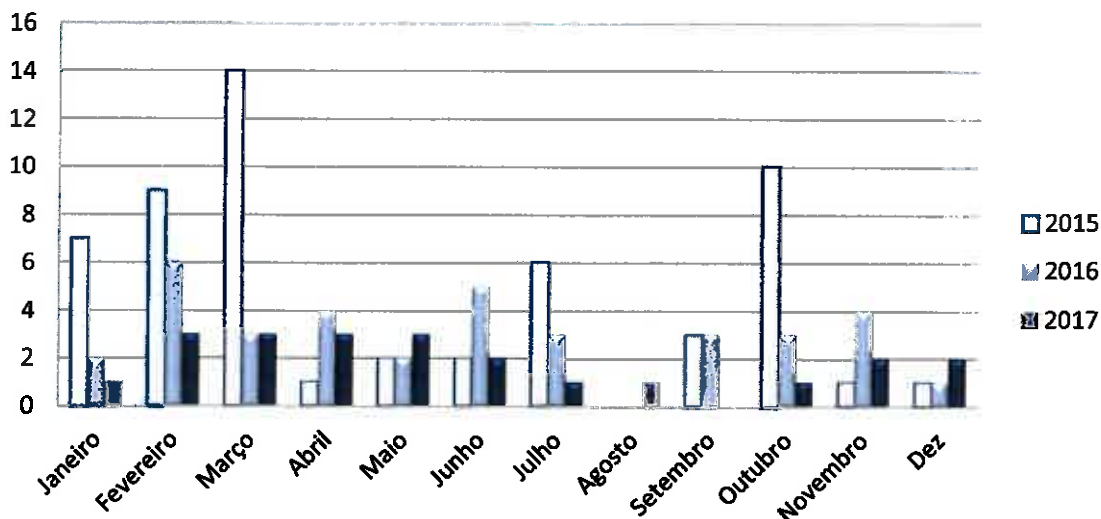


Gráfico 22 - Prescrição anual de produtos de apoio

A APCVR desenvolveu procedimentos internos, validados pelo CDSS de Vila Real, de forma a garantir a sua atuação em consonância com os princípios que norteiam a sua atividade, em particular os princípios de rigor, equidade, transparência e livre concorrência do mercado, tendo em vista a melhoria da satisfação do Cliente e a melhor gestão financeira, refletindo-se na extensão a um maior número de pessoas com deficiência e incapacidade.

Esta metodologia iniciada já em 2016 pode ter influência na diminuição do número de processos instruídos.

No entanto, não foi possível dotar o CPPA de documentos normativos internos, que permitam garantir o nível desejado para o serviço.

Este decréscimo, pode também ser um indicador da minoração das necessidades atuais dos Clientes, pelo facto de nos anos transatos terem já adquirido produtos de apoio, sendo que a próxima prescrição para o mesmo PA só pode ser efetuada após três ou cinco anos, dependendo da idade, ou alteração do quadro clínico).

Ainda nas alterações metodológicas efetuadas no CPPA APCVR, este serviço está afeto exclusivamente a uma equipa de reabilitação social, para que, a mesma possa de facto, atuar dentro dos princípios de rigor, equidade e transparência, o que também influenciará com certeza o volume de saída de processos de produtos de apoio.

De um total de 22 processos, verificamos que 50%, se prendem com utentes ou clientes com ligação à nossa Instituição, em comparação com o ano de 2015, em que 67.5% da prescrição era interna.

Handwritten signature in blue ink.

# Serviço de Apoio Domiciliário



### 3.5. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário prestado pela APCVR, destaca-se pela proximidade humanização dos cuidados, através de uma admirável equipa que diariamente entra no meio natural de vida de cada cliente, através da prestação de cuidados essenciais ao seu bem-estar.

Um serviço, que não suspende a sua atividade ao longo do ano, dada a natureza e objetivos do mesmo. Durante o ano de 2017, aumentamos o número de clientes, com a integração de dois novos clientes.

Procedemos à distribuição dos serviços prestados em gráfico, para que o mesmo possa explicar a maior incidência e os serviços que se prestam com regularidade.

Distribuição de Serviços Prestados

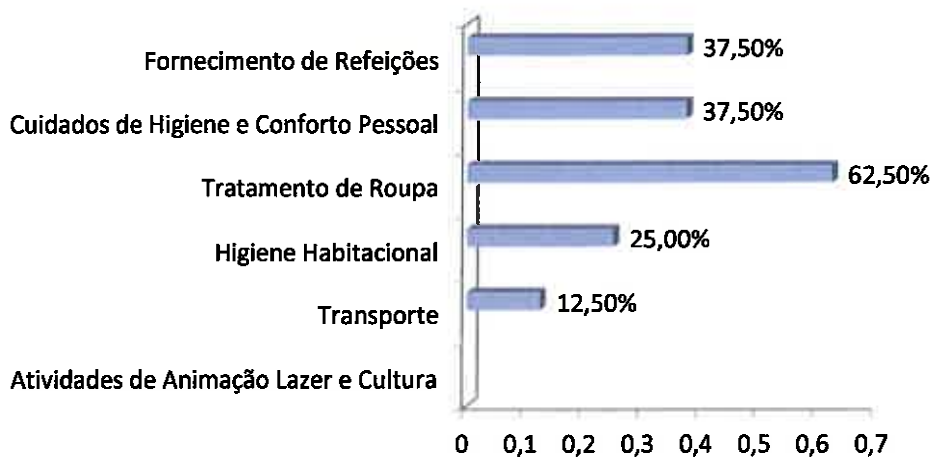


Gráfico 23 - Distribuição de Serviços Prestados

Verificamos que a frequência dos serviços é distribuída de forma igualitária entre a frequência semanal e diária. O tratamento de roupa é o serviço mais solicitado pelos Clientes, no entanto destacamos os cuidados de higiene pessoal diária e o fornecimento de refeições, como o pilar do nosso serviço no que concerne aos cuidados básicos de cada cliente, prestando cuidados com periodicidade bi-diária, a este nível.

*[Handwritten signatures in blue ink]*

### Frequência dos Apoios

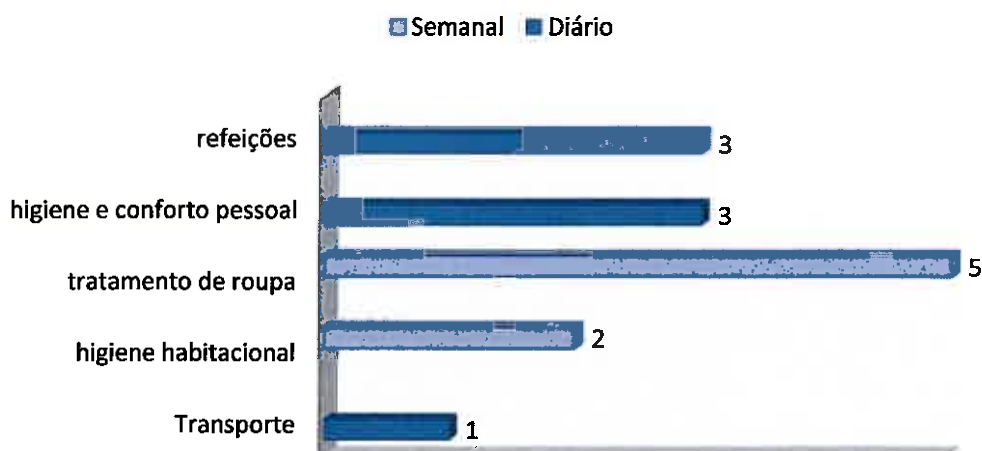


Gráfico 24 - Frequência dos apoios/serviços prestados

Paralelamente, este serviço adquire especial relevância na promoção de medidas e atitudes preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência, prevenindo também uma institucionalização precoce do Cliente com alguma autonomia, dado o número elevado de serviços que presta mensalmente, sendo esta distribuição representativa da calendarização expressa.

No ano de 2017, esta valência prestou serviços todos os dias do ano, inclusive com solicitações de nos dias de natal e ano novo.

### Distribuição dos Apoios Mensais

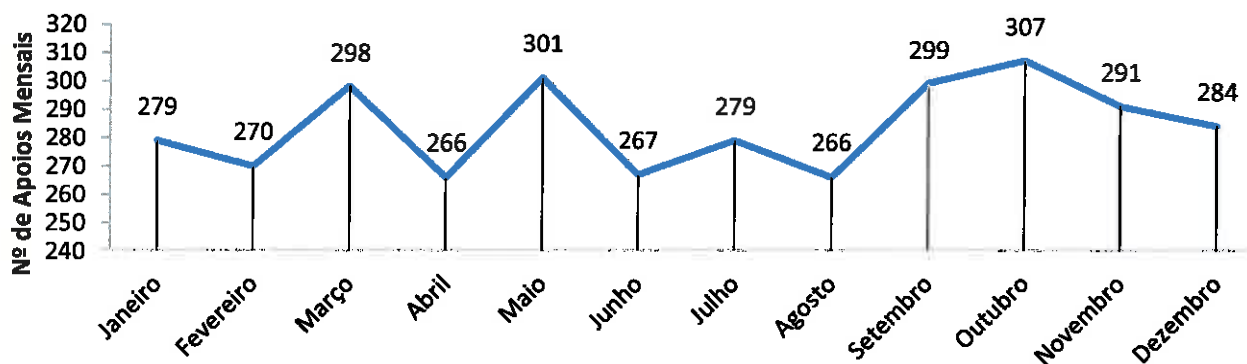


Gráfico 25 - Distribuição dos apoios mensais

Foram efetuados um total de 3407 serviços ao longo do ano de 2017, distribuídos com a categoria explanada no gráfico seguinte, estando o maior volume concentrado na prestação de cuidados pessoais, de conforto e higiene, bem como alimentação. Relativamente a 2017, existiu nesta resposta social, um aumento de 27% nos apoios prestados.

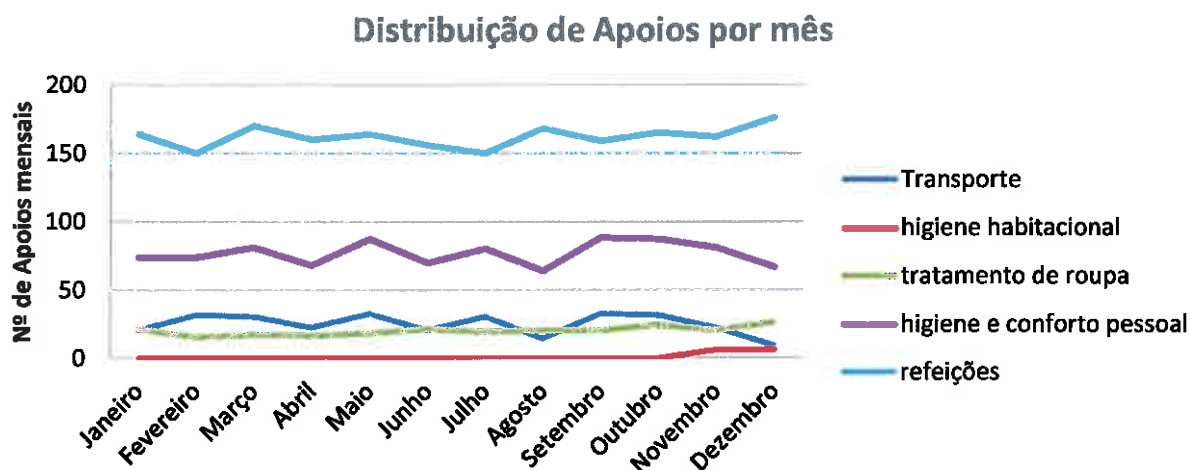


Gráfico 26 - Distribuição de apoios por mês



Handwritten signature in blue ink.

# Lar Residencial



### 3.6. Lar Residencial APCVR

Com uma lotação de 14 Clientes, o Lar da APCVR tem-se revelado uma resposta social em desenvolvimento e aprimoramento de estratégias de intervenção, adaptando-se diariamente às exigências de cada Cliente e situação surgida.

Tendo em conta os objetivos desta resposta social, nomeadamente a garantia das condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes/clientes, a promoção de estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social, bem como as interações no sentido da integração social, o Lar Residencial APCVR, desenvolveu também o seu plano de atividades socioculturais de acordo com o perfil de clientes.

Denota-se particularmente nesta resposta o declínio de algumas funções de vida diária e consequente aumento da dependência, dado que esta resposta adopta uma intervenção assistencialista com a supervisão, monitorização e auxílio em todas as tarefas de colaboradores afetos à resposta social em causa.

#### Grau de Dependência por Atividade

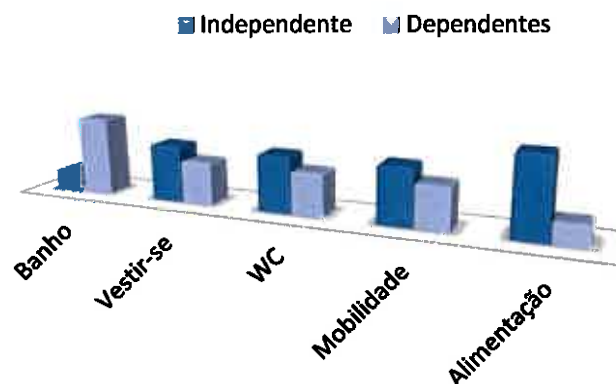


Gráfico 27 - Grau de dependência por atividade

Determinamos na resposta Lar Residencial, que a idade média dos clientes se situa nos 42.6 anos, e atualmente estamos com graus de dependência bastante elevados dado o nível de mobilidade dos clientes residentes.

Referimo-nos a 79% de dependência no banho, e 43% de clientes dependentes em mobilidade, w.c. e vestuário, onde conseguimos que 79% seja ainda independente na alimentação. Ou seja, estes dados remetem-nos para a responsabilização/dependência dos colaboradores na prestação de assistência nas atividades elementares (dependência no autocuidado), no entanto acresce também a sua sobrecarga dada a fomentação desta prática.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

À semelhança do CAO, também no Lar Residencial se verifica o acréscimo de comorbilidades à situação de deficiência e incapacidade, particularmente nas funções mentais e de desenvolvimento, onde aferimos que 100% dos clientes apresentam comprometimento desta área em particular, sendo o segundo maior grau de comprometimento as funções da voz, fala e linguagem (64%).

### Caracterização por funções do corpo - Lar 2017

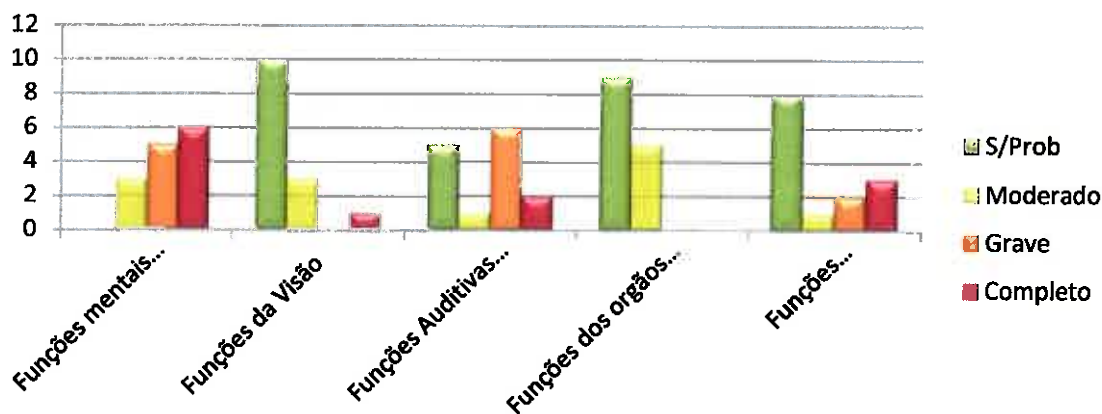


Gráfico 28 Caracterização por funções do corpo - Lar 2017

Tentaremos ajustar através dos PDI's, a proposta de atividades que propicie a autonomia e socialização com o exterior, para que possamos evitar o grave comprometimento de algumas funcionalidades necessárias à inclusão e qualidade de vida.

Concluimos com estes 4 anos de funcionamento do lar residencial que a institucionalização e a adaptação à resposta são processos individuais, embora existam dimensões comuns que surgem associadas aos processos de desvinculação. Em todo o caso, procuramos gerar respostas consistentes por parte da equipa, tendo em vista a limitação da dependência, a promoção da autonomia e a melhoria da qualidade de vida.

Uma das estratégias acima referidas, remete-se ao plano de atividades socioculturais e intervenções terapêuticas dirigidas aos nossos Clientes. Como forma de balanço, em 2017, o Lar Residencial dividiu as suas atividades no período semana/fim-de-semana, adotando a fisionomia de trabalhar em diferentes contextos e ambientes de forma a distinguir os objetivos.

Assim, iremos contemplar as atividades de fim-de-semana, que acarretam um carácter maioritariamente lúdico, maior envolvimento dos colaboradores e de interação com a família do cliente.

Tabela 14 - Parametrização do plano de actividades de Lar Residencial

	Atividades Propostas	Atividades Aprovadas	Atividades executadas	Indicador de monitorização I	Indicador de monitorização II
Lúdicas, recreativas e sociais	14	14	13	93% atividades realizadas	Realizadas 1 atividades adicionais
Culturais, intelectuais e formativas	5	5	3	60% atividades realizadas	Não foram realizadas atividades adicionais
Desportivas	4	4	4	100% atividades realizadas	Realizadas 2 atividades adicionais
<b>Total de Atividades</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>87% Plano Atividades foi cumprido</b>	<b>3 atividades adicionais</b>

Analisando a execução das atividades planeadas, verificamos que não atingimos os indicadores no que toca a atividades culturais, intelectuais e formativas em ambos os indicadores de monitorização e avaliação. Constatamos nesta área, uma enorme resistência por parte dos Clientes na adesão a esta tipologia de atividades. As atividades lúdicas e recreativas, são o ponto forte das expectativas dos clientes.

Com esta breve análise, facilmente se verifica o que sumariamos na descrição da problemática acima diagnosticada, tendo procurado cumprir efetivamente todas as atividades que proporcionassem aos nossos Clientes maior bem-estar, motivação e participação, estando assim a fomentar a cidadania ativa.

Existiu claramente uma aposta nas atividades de carácter lúdico, social e recreativo tendo como objetivo primordial o continuo processo de integração em estrutura residencial e contexto social adjacente, bem como a participação de familiares diretos e indiretos, harmonizando a manutenção dos vínculos familiares e à resposta social que os acolhe atualmente.

Esta estrutura residencial, é uma iniciativa consolidada por parte da APCVR, sendo para nós um desafio diário a intervenção no projeto de vida dos nossos clientes, tendo como base as suas necessidades e as expectativas. Ao longo deste ano, procuramos consolidar o modelo de qualidade de vida abrangendo os mais variados domínios como as relações interpessoais, bem-estar físico, emocional, cidadania e direitos.

# Associativismo Desportivo

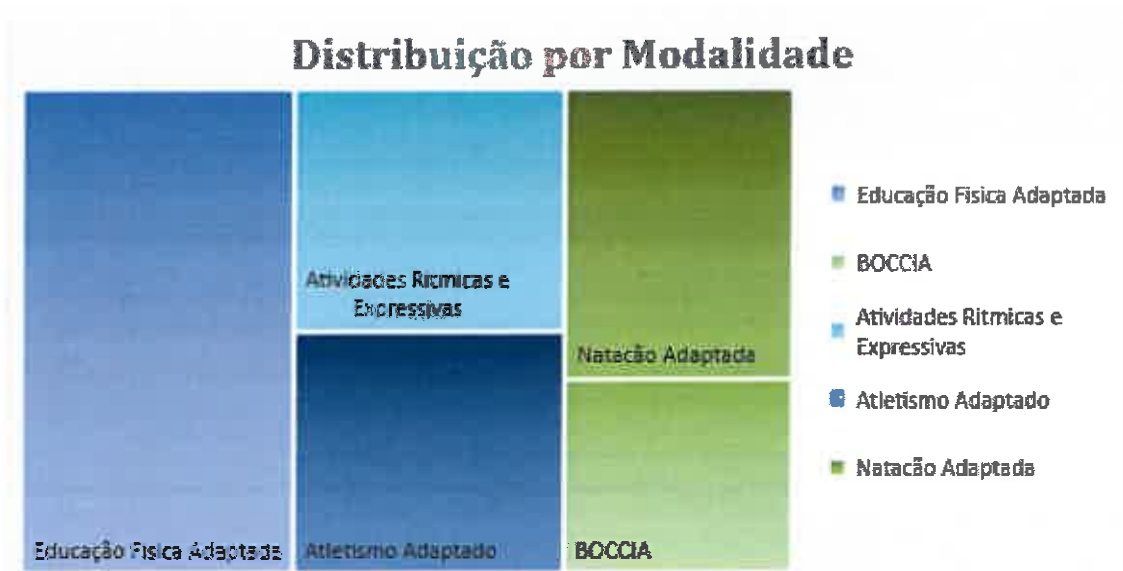
Handwritten signature in blue ink.



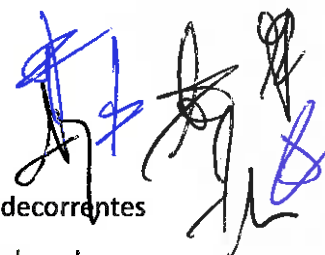
### 3.7. Associativismo Desportivo

Na ótica da APCVR, a organização da prática desportiva revela-se um instrumento privilegiado de intervenção com portadores de deficiência. O desporto tem o mérito de dar visibilidade às capacidades dos indivíduos, e não vincular apenas as suas limitações, colocando em evidência todas as suas capacidades.

Tendo por base estas premissas a APCVR e sendo uma valência transversal a todos os Clientes da nossa instituição, concretizou um arrojado plano de atividades de associativismo desportivo a decorrer de entre 2017, contando com a distribuição de alunos e atletas pelas diferentes modalidades.



Em 2017, foram realizadas diversas atividades, de forma a proporcionar a todos os atletas uma real inclusão no desporto e na melhoria da qualidade de vida, e sobretudo na sensibilização da comunidade para a potencialidade da pessoa com deficiência e incapacidade.



Também nesta área foi desenvolvido e dinamizado em paralelo com as atividades decorrentes da APCVR o plano de atividades sociocultural na área do desporto, sendo explanadas as atividades organizadas na tabela seguinte:

**Tabela 15 - Parametrização do plano de actividades de Associativismo Desportivo**

<b>Categoria</b>	<b>Atividade</b>	<b>Nº Participantes</b>
<b>Atletismo Adaptado</b>	<b>Dia da Educação Física</b>	<b>122</b>
<b>Natação Adaptada</b>	I Encontro de Natação Adaptada	70
	II Encontro Regional de Natação- Tabuaço	6
	I Encontro Regional de Natação - Torre de Moncorvo	6
	III Encontro Regional de Natação- Peso da Régua	6
<b>Atividades Rítmicas e Expressivas</b>	Participação no Festival de Tunas – Tuna Académica da Utad	22
	Participação no Sarau de Encerramento Letivo da escola Secundária Camilo Castelo Branco.	22
<b>Atividades de Desporto Lúdico</b>	Praia Fluvial de Fornelos	28
	Visita à Magikland - Penafiel	22
	Marchas Populares de Santo António	15
	Naturwaterpark	27
	Passeio ao Azibo	134
	Piscinas Codessais	134
<b>TOTAL</b>	<b>13 Atividades</b>	<b>614 Participantes</b>



Esta página foi propositadamente deixada em branco



# Transportes APCVR



Handwritten signature or initials in blue ink.

### 3.8. Transportes APCVR

Os transportes disponibilizados pela APCVR, assumem em toda a dinâmica institucional uma enorme importância na qualidade de vida das Famílias e Clientes. Assegura o descanso do cuidador, o conforto e socialização dos Clientes ao proporcionar o transporte adequado e seguro em veículos adaptados e com recursos humanos devidamente qualificados para o efeito.

A APCVR procura ainda ajudar a colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados, nomeadamente da rede pública de transportes, com uma equipa de acompanhamento especializada, e constituída de acordo com o enquadramento legal do mesmo.

Com uma frota automóvel de 9 veículos, a APCVR transportou no decorrer do ano em causa 70% dos nossos Clientes de CAO (n=42), efetuando diariamente 5 percursos distintos (Régua, Vila Real, Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) abrangendo uma área geográfica 1 082,81 Km<sup>2</sup> totalizando 142 146 Km por ano, o que corresponde a uma média de 11 845 Km/mês.

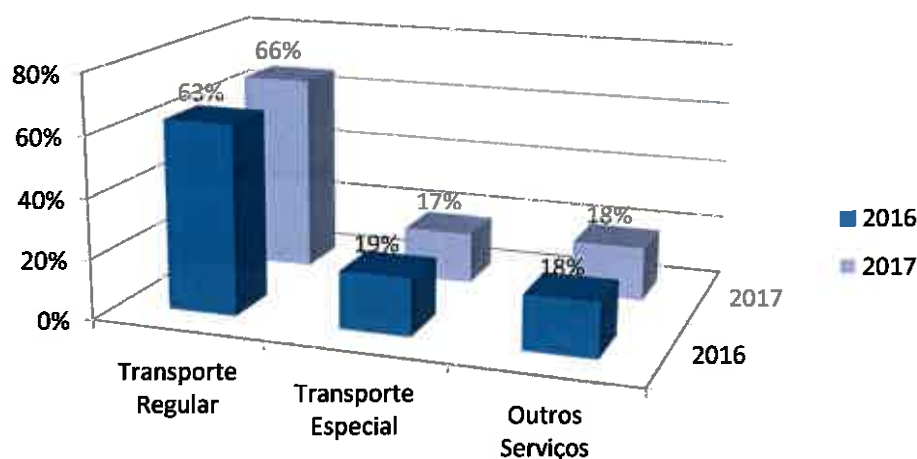
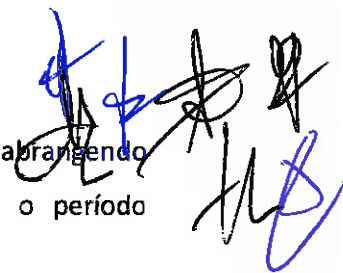


Gráfico 29 - Distribuição de transportes

Paralelamente a estes valores, através do Protocolo de Parceria com CMVR, a APCVR assegura no concelho de Vila Real a rede de Transportes Especiais Escolares (CPE – Circuito Privativo Especial) para alunos com NEE (necessidades educativas especiais).

Neste contexto asseguramos o transporte de 12 alunos, no decorrer do ano 2017, abrangendo dois anos letivos, concomitantemente 2016/2017 e em setembro iniciámos o período correspondente ao ano letivo 2017/2018.



Percorremos um total de 35 804 Km, adjudicando para esta parceria 4 motoristas a tempo parcial, 2 auxiliares com as credenciais de motoristas de transporte coletivo de crianças e 2 auxiliares de serviços gerais, de forma a poder proporcionar o transporte especial nos diversos horários escolares e estabelecimentos de ensino.

Acresce ainda nesta categoria, outros serviços prestados pelos transportes designadamente serviços gerais da instituição, deslocações de CAO (Equitação, hidroterapia, visitas ao exterior) SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), IPI (Intervenção Precoce na Infância) e Lar Residencial, onde se totalizam ao longo do ano 44 254 Km, registando-se um aumento de 2% relacionado com o incremento de atividades exteriores.



Esta página foi propositadamente deixada em branco

# Centro de Recursos para a Inclusão



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'J. H. B.' and other illegible marks.

### 3.9. CRI – Centro de Recursos para a Inclusão Alto Tâmega – Douro Norte

Em 2017, foi efetuada a candidatura de renovação de APCVR como Centro de Recursos para a Inclusão por um período de 4 anos, contemplado ainda mais um agrupamento de escolas, alargando concomitantemente a nossa área de intervenção.

O Centro de Recursos para a Inclusão, continua a ser na perspetiva técnica uma resposta exímia na forma como é efetuada a intervenção, dado que abrange a rede social, educativa e familiar onde a criança se encontra inserida, para além de poder atuar e intervir numa fase precoce das necessidades educativas especiais e da inclusão social.

Em 2017, esta resposta educativa abrangeu 125 crianças em ambiente escolar, distribuídas pelas diversas tipologias de apoio, nomeadamente terapia ocupacional, terapia da fala e psicologia.

Á semelhança de 2016, a FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral), mantém-se ativa na renegociação do modelo de intervenção e objetivos do CRI – Centro de Recursos para a Inclusão, junto das entidades competentes no sentido de melhorar as estratégias de intervenção, e o modelo de financiamento desta resposta.

No ano de 2017, mantiveram-se grande parte dos constrangimentos sofridos nos anos anteriores, nomeadamente no que toca ao financiamento solicitado, tendo sido aprovada para este ano, a quantia equivalente a 2016.

Tabela 16 - Parametrização dos apoios em CRI

Horas de Apoio em Plano de Ação	Horas aprovadas
1.934 h / mensal	563h / mensal
Técnicos solicitados PA	Técnicos Financiados
14	4 4
Financiamento submetido	Financiamento Aprovado
275.714.31€	83 395,15 €

Com a flexibilização cedida pela DGEstE, o CRI da APCVR, optou por manter os técnicos afetos a cada Agrupamento de escolas, os mesmos tempos de intervenção do ano de 2016, para que desta forma possamos ser justos e equitativos na forma como distribuímos e afetamos a equipa.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### Distribuição Geográfica de Alunos

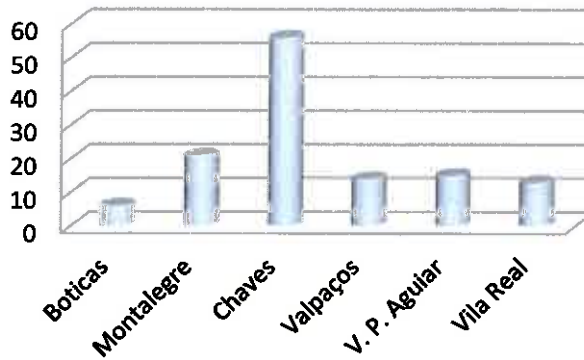


Gráfico 30 - Distribuição geográfica de alunos do CRI

No sentido de colmatar as vicissitudes na intervenção em contexto escolar com os alunos financiados, dados os escassos tempos de intervenção, o CRI da APCVR geriu os recursos financiados para efeitos de implementação dos planos de ação, segundo a avaliação efetuada pela equipa técnica e professores do ensino especial, definindo os alunos a apoiar diretamente e indiretamente, bem como os modos de implementação dos apoios e respetiva distribuição anual.

A distribuição por valência encontra-se espelhada no gráfico, bem como as necessidades de cada área geográfica da nossa abrangência.

### Distribuição de alunos por valência e área geográfica - 2017

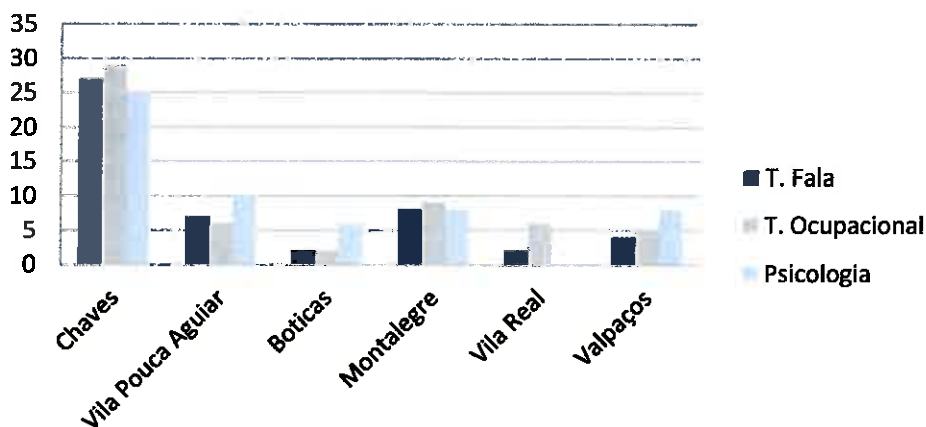


Gráfico 31 - Distribuição de alunos por valência e área geográfica - 2017



Esta página foi propositadamente deixada em branco



# Outras Atividades



*[Handwritten signature]*

### 3.10. Outras Atividades APCVR

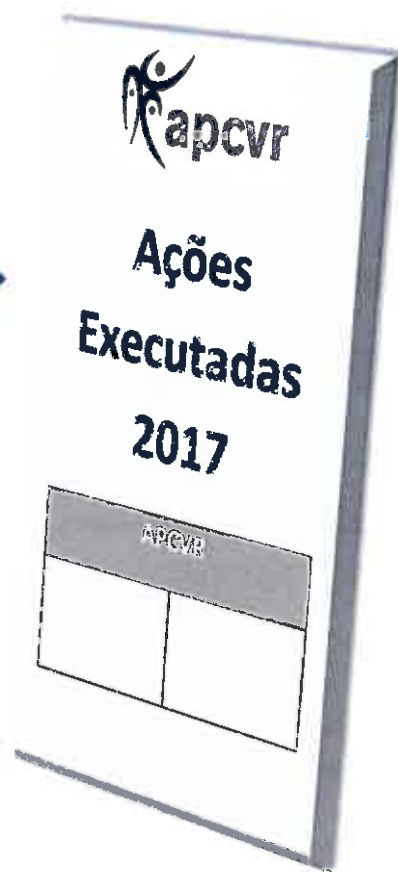
Tabela 17 - Listagem de outras atividades APCVR

Período temporal	Atividades
Janeiro - Abril	✓ Acolhimento de Estágios Esc. Camilo Castelo Branco
1º Semestre 2017/2018	✓ Estágio Serviço Social – UTAD
Abril	✓ Formação para colaboradores APCVR – RAD
1º semestre 2017/2018	✓ 2 Estágios - Terapia da Fala- I. S. Saúde do Porto
Agosto	✓ Formação para colaboradores APCVR – SBV 1
Agosto	✓ Formação para colaboradores APCVR - Ciclo de PDCA
Agosto	✓ Dinamização em conjunto do FAPPC da Apresentação do Programa de Vigilância Nacional da Paralisia Cerebral até aos 5 anos – Zona Norte;
Novembro	✓ Formação para todos os colaboradores de CAO “Cuidados a ter ma alimentação oral em indivíduos com disfagia”
Dezembro	✓ Formação colaboradores APCVR / BPI Capacitar - PT GRID 3 Básico - PT Magic Eye - PT Magic Keyboard - PT PC Eye Go

### 3.11. Reclamações

No âmbito das reclamações de serviço, durante o ano de 2017 foi apresentado um registo escrito de uma Cliente da resposta social CAO, tendo a APCVR apresentado atempadamente todos os esclarecimentos necessários, cumprindo o procedimento legal, estando ainda a aguardar a decisão a proferir pelo ISS.

# Ações Planeadas vs Executadas



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.*

## **4. BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO 2017 vs RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017**

Fazendo um balanço geral de todos os dados trabalhados neste relatório de atividades, validamos a importância desta análise, para o delineamento de um plano estratégico e de melhoria dos nossos serviços.

Foi na ausência de um plano estratégico plurianual, que em novembro de 2016, construímos e aprovamos em assembleia geral um plano de ação baseado nas relações causa-efeito que se geram entre as quatro perspectivas do modelo organizacional.

Com este modelo organizacional, a APCVR posicionou-se num rumo orientado para a satisfação dos seus clientes / utentes ou utilizadores.

No âmbito de cada uma das perspectivas, foram delineadas ações para o ano de 2017, que agora passamos a avaliar.

Nos pontos seguintes, apresenta-se um resumo sobre o grau de execução de cada uma das ações previstas no programa de ação aprovado para o ano de 2017.

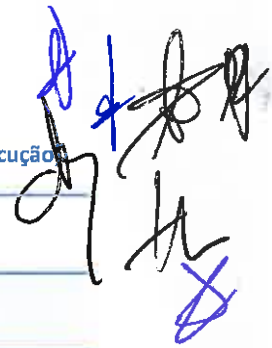
### **4.1. Ações Institucionais**

Assim, as principais ações previstas para o ano de 2017, em cada uma das perspetivas, são as seguintes:

**PERSPECTIVA - FINANCEIRA**

PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>Ai1.1 - Renegociação dos contratos de fornecimento externos, para redução dos gastos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram tomadas as devidas diligências no sentido de renegociar os contratos de serviços relativos a comunicações.</li> <li>✓ A aprovação dos projetos e a sua execução permitirá no futuro manter a linha de renegociação de contratos de fornecimento.</li> </ul>
<p>Ai2.2 - Diversificar financiamentos anuais (donativos, consignações, venda de produtos, quotizações e projetos);</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foi dada continuidade à exploração do Bar das Corridas WTCC e dinamizada a I Caminhada Solidária APCVR, gerando uma fonte de receitas extraordinária para a instituição;</li> <li>✓ Foram submetidas 8 candidaturas a projetos, respetivamente ao programa EDP Solidária promovido pela Fundação EDP, Fundação Cepsa, Programa de financiamento a projetos do INR, I.P. 2017 (acessibilidades e acampamento nacional de APC's), Programa de financiamento a projetos do INR, I.P. 2017 (despertar consciências e acampamento nacional), Missão Continente e prémios Fidelidade comunidade; Das 8 candidaturas apresentas, 2 projetos já foram executados e concluídos em 2017 (INR2017), 2 encontra-se em execução (FEDP e Missão Continente), 2 foram aprovados e iniciarão a sua execução de abril de 2018 (INR2018), 1 foi indeferida (Cepsa) e outra aguarda resultados (Fidelidade).</li> <li>✓ Mantivemos a dinamização de peças de CAO na instituição, e foram efetuadas duas vendas, respetivamente na escola do bairro e na UTAD;</li> <li>✓ Foram também dinamizadas atividades de sensibilização da comunidade – cantar os reis e concomitantemente angariação de fundos;</li> <li>✓ A divulgação institucional e a realização de atividades promocionais, levou à angariação de alguns donativos para essas atividades, quer monetárias, quer em espécie.</li> </ul>
<p>Ai2.3 - Otimizar custos e recursos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Durante o ano 2017, iniciámos o processo de substituição das lâmpadas com utilização de lâmpadas de baixo consumo, tipo LED, em alguns espaços do edifício sede (refeitório, cozinha, lavandaria + sala</li> </ul>

<b>PERSPECTIVA - FINANCEIRA</b>	
<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
	<p>atividades confinante, corredores e secretaria). Resultou uma redução da potência elétrica em 3,3 kW (inicial: 5886W; final: 2538W);</p> <p>✓ Iniciou-se a informatização de procedimentos, que resultará na redução de custos de exploração.</p>
<p>Ai2.4 - Otimizar os percursos diários da frota APCVR;</p>	<p>✓ O ano de 2017 foi um ano de transição, porque o aumento do serviço de transportes, associado ao ajuste de clientes que usam o transporte será uma informação importante para a otimização a prever em 2018.</p>



**PERSPECTIVA - APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>Ai2.1 - Elaboração do plano de formação APCVR, com vista a qualificar as equipas de apoio;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não foi elaborado um plano de formação da APCVR, mas foram ministradas 3 formações para todos os colaboradores de instituição, nomeadamente SBV-1, Gestão de PDCA, Alimentação/Disfagia;</li> <li>✓ Foram também ministradas 3 formações, aos colaboradores interessados em aplicações de comunicação alternativa/aumentativa.</li> </ul>
<p>Ai2.2 - Melhorar as condições de trabalho dos colaboradores;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhoramos as condições acústicas do refeitório e as acessibilidades em toda a instituição para que tanto colaboradores, como clientes usufruam de um melhor conforto e condições de trabalho na APCVR.</li> <li>✓ Melhorou-se em alguns casos a iluminação e iniciou-se as obras para melhoria das condições de trabalho em algumas áreas como lavandaria e salas de atividades confinantes;</li> </ul>
<p>Ai2.3 - Reforçar os processos e procedimentos internos que revelem maiores fragilidades;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dinâmicas do CAO, atribuição de gestores de caso a cada cliente, calendarização fixa de atividades (hipoterapia, hidroterapia, higienizações, etc) de forma a melhorar a gestão de equipa;</li> <li>✓ CRI – equipa em autonomização, com resultados muito positivos;</li> <li>✓ IPI – alteração da equipa, e solicitação de dados de monitorização mensal;</li> <li>✓ Dinamizada formação a colaboradores;</li> </ul>
<p>Ai2.4 - Melhorar os sistemas de comunicação e informação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foi alargada a rede internet, estando atualmente toda a instituição equipada com rede wireless;</li> <li>✓ Foram feitas aquisições de material informático, para que todos os colaboradores possam ter a informação e registos informatizados;</li> <li>✓ Efetuada formação em aplicação RAD – Registo de atividades diárias;</li> <li>✓ Dinamizado o projeto BPI CAPACITAR (D)Eficiência na Comunicação – para Clientes;</li> </ul>

Tabela 20 - Análise das ações previstas na Perspectiva Processos Internos (previsão / execução)

<b>PERSPECTIVA - PROCESSOS INTERNOS</b>	
<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
<p>Ai3.1 - Promover cooperação com as Instituições;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ao longo deste ano, foram de facto bastante cooperativas e participativas diversas instituições na persecução da nossa missão; salientamos o município com adaptação e entradas solidárias nos diversos locais de animação e cultura (teatro, museu vila velha, centro de ciência viva, biblioteca municipal, entre outros);</li> <li>✓ Validamos também a abertura à sociedade civil, onde por exemplo o Grupo BB abriu as portas aos nossos clientes, de forma gratuita;</li> <li>✓ Reforçou-se as parcerias com a UTAD e CMVR.</li> </ul>
<p>Ai3.2 - Alargar as parcerias com unidades de saúde, equipa local de intervenção precoce e estabelecimentos de ensino;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram efectuados contactos, com o CHTMAD, para formalização de uma parceria e troca de sinergias entre ambas as instituições de forma a beneficiar todos os Clientes e respostas sociais da APCVR;</li> <li>✓ Com as unidades locais de saúde, validamos a abertura congénere no que toca ao acompanhamento de alguns clientes na própria instituição, deslocando-se tanto equipa médica, como equipa de enfermagem;</li> <li>✓ Ainda com as equipas das unidades locais de saúde (USF's), foi efetuada uma parceria no sentido de beneficiar tanto Clientes, como Pais e responsáveis, através de sessões de esclarecimento efetuadas pela equipa médica e a sensibilização por parte da equipa de enfermagem à adoção de estilos de vida saudável;</li> <li>✓ Vacinação da gripe gratuita para todos os utentes e colaboradores;</li> <li>✓ Relativamente à equipa local de intervenção precoce, não foi efetuada proposta de revisão de acordo, por falta de dados técnicos e cumprimento de prazos na submissão de informação atempada, por parte da coordenação da equipa;</li> <li>✓ Relativamente aos estabelecimentos de ensino, a APCVR recebeu 3 PIT's (Plano individuais de transição), da Escola Secundária de S. Pedro e do AE Morgado Mateus</li> </ul>



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**PERSPECTIVA - PROCESSOS INTERNOS**

PREVISÃO	EXECUÇÃO
Ai3.3 - Desburocratização de processos de trabalho;	✓ Iniciou-se a instalação de equipamentos informáticos, de modo a permitir o desenvolvimento de processos que levam à sua simplificação;
Ai3.4 - Desenvolver actividades de aproximação e envolvimento dos associados;	✓ Melhorou-se a comunicação com os associados, passando as comunicações a serem digitais, com atualização da base de dados, que permitirá no futuro a sua participação ativa;
Ai3.5 - Reforçar iniciativas e projetos com a FAPPC;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Este ano foi um ano rico, no que concerne ao reforço de iniciativas e projetos com a FAPPC, nomeadamente com a organização do Acampamento Nacional em Vila Real, bem como a realização de uma sessão de divulgação do programa nacional de vigilância da paralisia cerebral até aos 5 anos – zona norte</li> <li>✓ Eleição de um elemento dos órgãos sociais da APCVR, para o cargo de Tesoureiro da direção da FAPPC para o mandato 2017-2021;</li> </ul>

Tabela 21 - Análise das ações previstas na Perspectiva Clientes (previsão / execução)

<b>PERSPECTIVA – CLIENTES</b>	
<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
Ai4.1 - Maior participação de utentes nas tomadas de decisão sobre a sua vida;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relativamente a esta ação, todos os modelos desenhados tiveram como premissa base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (Lei nº 38/2004 de 18 de agosto) e todos os modelos que privilegiam a funcionalidade e a cidadania participativa.</li> </ul>
Ai4.2 - Apoiar e informar utentes e cuidadores;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 2 sessões de formação dinamizadas pelo CAARPD para pais;</li> <li>✓ Grupos de ajuda mútua (redes de apoio social), para pais;</li> <li>✓ 1 sessão de esclarecimentos com equipa médica para pais;</li> <li>✓ 1 equipa técnica disponível para esclarecimentos nos mais diversos conteúdos;</li> </ul>
Ai4.3 - Manter todos os serviços e respostas sociais;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A APCVR manteve em funcionamento todos os serviços e respostas sociais;</li> <li>✓ Apresentou ainda um pedido de registo junto do INR, para que possa vir a concorrer a ser contemplada com a atribuição de um projeto piloto para um novo serviço, o CAVI - Centro de Apoio à Vida Independente.</li> </ul>
Ai4.4 - Promover a identidade institucional;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ao longo deste ano de 2017, procuramos incessantemente, rever e traduzir a imagem da APCVR na forma como a queremos ver, transformar e sobretudo executar;</li> <li>✓ Procuramos criar uma imagem própria, onde a inovação na intervenção técnica e rigor de gestão, são o foco da transparência desta instituição.</li> <li>✓ Apresentámos uma candidatura ao INR, para em 2018, através do projeto “Despertar Consciências”, promover a problemática da deficiência e a identidade institucional.</li> </ul>

## 4.2. Ações Técnicas

Assim, as principais ações previstas para o ano de 2017, em cada uma das áreas técnicas, são as seguintes:

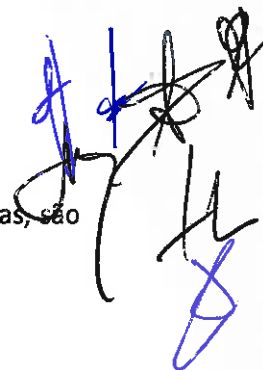


Tabela 22 - Análise das ações previstas em IPI (previsão / execução)

IPI - Intervenção Precoce na Infância – ELI Alto-Tâmega Barroso	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.IPI.1 - Implementação das ações no âmbito da resposta Intervenção Precoce na Infância, de acordo com o preconizado no manual técnico, por forma a satisfazer as necessidades individuais de cada utente e sua família.	✓ Foram executadas as acções e acedidas as solicitações efectivadas pela coordenação da equipa ELIATB, de forma a satisfazer as reais necessidades da população; A equipa APCVR assegurou em permanência a intervenção durante todo o ano, não realizando as interrupções letivas;
At.IPI.2- Apresentação de proposta para revisão de acordo de cooperação;	✓ A APCVR aguardou a proposta da coordenadora da ELIATB, para elaboração da proposta de revisão de acordo, não tendo a mesma sido submetida atempadamente à APCVR. Foram auscultadas as entidades competentes e inviabilizada a proposta de revisão.
At.IPI.3 - Avaliação da satisfação dos intervenientes;	✓ Não foi efectuado nesta resposta;
At.IPI.4 - Desenvolvimento e avaliação dos novos procedimentos internos de equipa;	✓ A equipa adoptou este ano os novos procedimentos, tendo a direcção técnica avaliado como pertinentes e necessários para a monitorização das intervenções efetuadas, evitando falhas de comunicação em caso de substituição de algum elemento da equipa;

Tabela 23 - Análise das ações previstas em CAARPD (previsão / execução)

CAARPD – Centro de Atendimento / acompanhamento e reabilitação social, para pessoas com deficiência e incapacidade	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.CAA.1 - Desenvolvimento, implementação e avaliação de novo modelo de intervenção;</p> <p>At.CAA.2 - Avaliação dos novos procedimentos internos de equipa;</p>	<p>✓ Foi efetuada uma avaliação informal ao longo do ano, onde o feedback quer da equipa técnica, quer dos indicadores mensais de facturação não era a esperada. Com a sintetização e cruzamento de todos os elementos presentes neste relatório, será avaliada a efectividade e causalidade do novo modelo de intervenção em reabilitação social.</p>
<p>At.CAA.3 - Avaliação da satisfação dos intervenientes;</p>	<p>✓ Não foi efetuada nesta resposta;</p>
<p>At.CAA.4 - Implementação de sistema de registo de atividades diárias;</p>	<p>✓ Foi efetuada a formação em RAD – registo de atividades diárias às equipas técnicas; Os equipamentos informáticos só estarão em pleno funcionamento no ano de 2018;</p>

Tabela 24 - Análise das ações previstas em CAO (previsão / execução)

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.CAO.1 - Desenvolver actividades de aproximação e envolvimento dos Cuidadores;</p>	<p>✓ Foram planeadas e executadas todas as atividades onde perspectivamos a presença e envolvimento dos cuidadores;</p>
<p>At.CAO.2 - Dinamização de actividades ocupacionais;</p>	<p>✓ Foram dinamizadas as atividades inerentes ao funcionamento do CAO e as resultantes do plano de atividades da resposta social, bem como a inserção de atividades inovadoras implementadas através de projetos.</p>
<p>At.CAO.3 - Estabelecimento de parcerias, tendo em vista estruturação de novas</p>	<p>✓ Foram alargadas as parcerias, com resultados muito satisfatórios nomeadamente com a participação ativa</p>



CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
atividades	de entidades municipais (centro de ciência viva, museu vila velha, biblioteca municipal, teatro de vila real etc.), naturwaterpark, magikland-penafiel, entre outras;
At.CAO.4 - Implementação de sistema de registo de atividades diárias;	✓ Foi efetuada a formação em RAD – registo de atividades diárias às equipas técnicas; Os equipamentos informáticos só estarão em pleno funcionamento no ano de 2018;

Tabela 25 - Análise das ações previstas em Lar Residencial (previsão / execução)

LAR – Lar Residencial	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.LAR.1 - Garantir a satisfação dos responsáveis na prestação de cuidados do Lar Residencial;	✓ Foi efetuada a auscultação de todos os responsáveis por clientes de Lar Residencial, tendo a satisfação contígua dos pais e responsáveis;
At.LAR.2 - Promover maior número de actividades externas;	✓ Objetivo alcançado, com a execução do plano de atividades da resposta social;
At.LAR.3 - Criar o manual de procedimentos internos da equipa;	✓ Foi elaborado o manual de procedimentos internos, relativamente às dinâmicas a adotar no lar residencial;
At.LAR.4 - Avaliar as estratégias implementadas na gestão de conflitos de equipa.	✓ Foram implementadas algumas estratégias com resultados satisfatórios, quer por parte da direcção técnica, quer dos colaboradores afetos;


Tabela 26 - Análise das ações previstas em SAD (previsão / execução)

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.SAD.1 - Captação de novos Utentes;	✓ Integraram a resposta social dois novos utentes;
At.SAD.2 - Integração de utentes em atividades festivas;	✓ Foi dirigido o convite e efetuada a integração de utentes nas atividades dinamizadas na APCVR;

Tabela 27 - Análise das ações previstas em CRI (previsão / execução)

Centro de Recursos para a Inclusão 2016/2017	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CRI.1 - Garantir a execução das atividades propostas no Plano de Ação para o ano 2016/2017, celebrados com os AE's;	✓ Foram garantidas todas as atividades, e fornecido respectivo relatório anual à DGEstE;
At.CRI.2 - Implementação e avaliação dos novos procedimentos de autonomização de equipa;	✓ Foram solicitados a todos os AE's e Escolas não agrupadas os relatórios de avaliação do CRI, tendo sido remetidos para a DGEstE; Irá ser dada continuidade ao actual modelo de figura de proximidade e referência de cada AE, possibilitando uma melhor gestão desta resposta e a efectividade na intervenção junto de quem atua directamente com os alunos;
At.CRI.3 - Avaliação da satisfação dos intervenientes;	✓ Foram solicitados a todos os AE's e Escolas não agrupadas os relatórios de avaliação do CRI, tendo sido remetidos para a DGEstE;
At.CRI.4 - Submissão da candidatura DGEstE;	✓ Foi submetida a candidatura e renovada por mais 4 anos.

Tabela 28 - Análise das ações previstas na área de Saúde I (previsão / execução)



Controle Periódico de Indicadores de Saúde	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.SAU.1 - Estabelecimento de parcerias no sentido de providenciar aos utentes da APCVR oportunidades para controlar indicadores gerais de saúde (tensão arterial, glicémia, peso, etc.)</p> <p>At.SAU.21 - Realizar avaliações periódicas das diferentes valências institucionais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Foram solicitados aos Pais e Cuidadores o fornecimento de dados clínicos, nomeadamente médicos de famílias e médicos de especialidade;</li> <li>✓ Foi afincada a colaboração com as unidades de saúde familiar de vila real, para agilização nos atendimentos de Clientes da APCVR – e visitas frequentes As nossas instalações;</li> <li>✓ Foi fornecida a todos os Clientes e colaboradores gratuitamente a vacina contra a gripe, acção promovida pela Unidade de saúde de Mateus.</li> <li>✓ De qualquer forma, foram adquiridos materiais para que o controlo de alguns parâmetros possa ser efectuado nas APCVR, estando o mesmo a ser monitorizado com periodicidade semestral, ou por solicitação do Cliente. Para além deste controlo, existe a enfermeira da APCVR e a médica fisiatra que realizam as tarefas inerentes.</li> </ul>

Tabela 29 - Análise das ações previstas na área de Saúde II (previsão / execução)

Comemorações dos dias alusivos às temáticas de Saúde e Bem-Estar	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.SAU.1 - Sensibilizar e capacitar utentes e famílias para hábitos de vida saudáveis;</p> <p>At.SAU.2 - Envolvimento dos cuidadores formais e informais para o modelo de qualidade de vida;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ - Foram realizadas acções de formação para adoção de estilos de vida saudáveis (equipa de enfermagem), para clientes e acções de esclarecimento para pais e cuidadores (clínicos de medicina geral e familiar) de todas as valências da APCVR;</li> </ul>

Tabela 30 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação I (previsão / execução)

Frequência de Ateliers de Teatro, Encenação e Artes Plásticas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.1 - Integrar maior número de Utentes nas visitas/frequência externa;	✓ Foram efetuadas diversas visitas e saídas externas, alargando inclusive o espectro cultural dos Clientes e atividades dinamizadas, nomeadamente escola de bailado, companhias de teatro, teatro de rua, etc;
- Dinamizar a encenação de peças semestrais;	✓ Este ano apenas foi dinamizada uma encenação alusiva ao Fado; A que estava prevista no período de natal, não foi efetuada dado não ter sido dinamizada a festa de natal na APCVR, mas sim em viagem externa.

Tabela 31 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação II (previsão / execução)

Comemoração de Festividades Diversas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
- Comemorar dias alusivos / festividades, proporcionando momentos lúdicos de convívio entre os participantes;	✓ Foram comemorados os dias festivos com mais veemência, tal como ilustrado em plano de atividades das diversas respostas (carnaval, páscoa, natal, dia do pai, dia da mãe, dia da família, etc.), no entanto também efetuada a sensibilização para dias temáticos (dia da água, dia da mulher, etc.)
- Promover o envolvimento de entidades parceiras e associados nas festividades públicas;	✓ Foram convidadas diversas entidades públicas e que colaboram ativamente com a APCVR (GNR, R13, PSP, Município, CDSS, etc.), para assistirem às comemorações da quaresma, com a representação viva da morte de cristo, estarem presentes no jantar de encerramento da atividade - acampamento nacional.
- Dinamização de novas comemorações em	✓ Foi dinamizado o carnaval, com um



Comemoração de Festividades Diversas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
parceria com o grupo recreativo – GR/APCVR;	<p>jantar alargado a todos os pais e clientes da instituição, bem como a todos os colaboradores.</p> <p>✓ Foi também organizada a I Caminhada Solidária APCVR;</p> <p>✓ Dinamizada noite temática no XXVIII Acampamento Nacional das Associações de Paralisia Cerebral de Vila Real;</p>
- Integrar a Gala de Deficiência;	<p>✓ Integramos a Gala da deficiência com atuação e dirigimos a organização da mesma;</p>

Tabela 32 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação III (previsão / execução)

Férias de Verão	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
- Dinamizar atividades diversificadas, no exterior, na época de Verão.	<p>✓ Este foi sem dúvida o ano em que mais atividades exteriores tivemos no período de verão, durante 22 dias consecutivos, foram dinamizadas sempre atividades exteriores, contemplando todos os clientes que tinham autorização para integrar (atividade de mergulho, praia fluvial de Fornelos, piscinas de codessais, azibo, magikland, naturwaterpark, etc.)</p>
- Organização do Acampamento Nacional de Associações de Paralisia Cerebral;	<p>✓ Foi organizado na semana de 4 a 10 de setembro de 2017;</p>
- Avaliar junto dos Cuidadores, a pertinência da realização de um OTL Inclusivo;	<p>✓ Tivemos solicitações anteriores, no entanto em 2017 foi dinamizado um OTL em parceria com o Município e a Coopcuidar, num projeto cofinanciado pelo INR., IP.</p>

Tabela 33 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação IV (previsão / execução)

Desporto	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
- Divulgar o Clube de Natação Adaptada da APCVR;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estivemos presentes em 3 encontros de natação adaptada (Tabuaço, Torre de Moncorvo, Régua);</li> <li>✓ Dinamizamos o I Encontro de Natação Adaptada em Vila Real, em parceria com o CAO da Nuclisol;</li> </ul>
- Procurar patrocinadores para a Equipa;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ No ano de 2017, e com a aprovação do projeto submetido ao Instituto Nacional de Reabilitação, relativo à organização do XXVIII Acampamento Nacional de APC's, optamos por priorizar os patrocínios para este evento, de forma a garantir a um maior número de participantes a melhor estadia na nossa região.</li> </ul>
- Frequentar provas de natação adaptada;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estivemos presentes em 3 encontros de natação adaptada (Tabuaço, Torre de Moncorvo, Régua);</li> <li>✓ Dinamizamos o I Encontro de Natação Adaptada em Vila Real, em parceria com o CAO da Nuclisol;</li> </ul>
- Avaliar a pertinência da criação de um clube de atletismo adaptado;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os Clientes da APCVR, não demonstram total interesse pela prática das várias modalidades, tendo também optado por não priorizar esta acção, no decorrer de 2017.</li> </ul>

*[Handwritten signature]*



# Recursos e Orçamento 2017

## 5. RECURSOS E ORÇAMENTO

### 5.1. Recursos físicos

#### 5.1.1. Edifícios e outros espaços

Edifício	Área	Capacidade
Edifício Sede	3 091 m <sup>2</sup>	CAO (60), CAARPD (120)
Lar Residencial	602 m <sup>2</sup>	14 camas
Espaços envolventes (Jardins, Quinta Pedagógica, Parque)	14 311 m <sup>2</sup>	Atividades ar livre

#### 5.1.2. Viaturas

Viatura	Ano	Função
Mercedes-Benz Sprinter / 08-AF-57	2005	Transporte de clientes e Transporte especial
Mercedes Vito / 38-AQ-99	2005	Transporte especial
Peugeot Boxer / 42-CQ-63	2006	Transporte de clientes e Transporte especial
Ford Transit / 85-LS-26	2011	Transporte de clientes e Transporte especial
Ford Transit / 85-LS-77	2011	Transporte de clientes e Transporte especial
Renault Master / 18-PF-87	2014	Transporte de clientes e Transporte especial
Renault Trafic / 44-PF-73	2014	Transporte especial
Renault Clio / 61-BL-74	2015	Serviços gerais / IPI
Renault Kangoo Express / 76-QM-19	2015	Apoio domiciliário / IPI

### 5.2. Parceiros

A APCVR tem parceiros institucionais públicos, a quem presta serviços, contribuindo para o cumprimento de políticas públicas definidas para o sector social.

Entre esses parceiros são de destacar a Segurança Social, o Ministério da Educação.

Constitui-se ainda um parceiro importante ao nível do sector público estatal local, o Município de Vila Real.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

<b>Parceiros Financiadores</b>
✓ Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
✓ Ministério da Educação e Ciência
✓ Município de Vila Real

### 5.3. Outros Parceiros

<b>Outros Parceiros</b>
✓ UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
✓ IEFP – Instituto de Emprego e Segurança Social
✓ CHTMAD – Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro
✓ Município de Alijó
✓ Município de Mondim de Basto
✓ Município de Peso da Régua
✓ Município de Ribeira de Pena
✓ Município de Santa Marta de Penaguião
✓ Agrupamento de Escolas Diogo Cão
✓ Agrupamento de Escolas de Morgado de Mateus
✓ Escola Secundária Camilo Castelo Branco
✓ Escola Secundária de São Pedro
✓ Regimento de Infantaria n.º 13
✓ APCIVR – Associação Promotora do Circuito Internacional de Vila Real
✓ Escola Profissional da NERVIR
✓ Estruturas desconcentradas do Ministério da Saúde

## 5.4. Candidaturas a Projetos

### 5.4.1. Contextualização

A APCVR alterou de forma radical o paradigma da estagnação, onde durante muitos anos se considerava que o Estado seria o inteiro responsável na criação de respostas para questões sociais, optando-se por agir de forma passiva e aguardar por soluções e financiamentos públicos.

Com o rompimento desta ideologia, surge nesta instituição uma visão da realidade onde constatamos que não existem recursos públicos suficientes e, por outro, onde é difícil a inovação surgir de forma sistemática no seio da Administração.

Assim, fomos desenvolvendo um sector de *“empreendedorismo e inovação social para a deficiência e incapacidade”* ao longo dos dois últimos anos no seio da APCVR, com um papel fundamental no combate à pobreza e na promoção da inclusão social, debatendo também os desafios de sustentabilidade da instituição, nomeadamente uma necessidade líquida de financiamento, dificuldade na fixação de quadros médios, e a necessidade de renovação das suas respostas sociais e serviços prestados.

Este sector foi desenvolvido, encarando a APCVR, como uma organização onde se desenvolve uma missão social, traduzindo a mesma num impacto para a sociedade filantrópica, mas também a instituição de modelos colaborativos de atuação intersectorial (cidadãos, organizações sociais e empresariais e serviços públicos).

Seguidamente, apresentamos os resultados dos projetos apresentados e financiados durante o ano de 2017.

## **5.4.2. Instituto Nacional para a Reabilitação**

### **5.4.2.1. Acampamento Nacional de APC's – Projeto 78/2017**

A Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, apresentou um projeto ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I. P. (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.), tendo em vista o financiamento da organização do “ACAMPAMENTO NACIONAL DAS APC's”, ao qual foi atribuído o n.º 78/2017.

O projeto, teve como objetivo a organização em setembro de 2017, de um evento nacional, direcionado a jovens e adultos com paralisia cerebral e doenças neurológicas e afins, sendo o mesmo cofinanciamento pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. – Instituto Nacional de Reabilitação, com um valor global de 3.149,10€, realizado em parceria com a FAPPC – Federação Nacional de Associações de Paralisia Cerebral, e com o apoio do Município de Vila Real e NaturWaterPark.

A APCVR, em conjunto com as entidades nacionais, ofereceu aos jovens de todo o país uma semana de actividades, onde se destacaram sobretudo atividades aventura, animação, lazer e um programa cultural, proporcionando uma semana de férias adaptadas e inclusivas em Trás-os-Montes.

Este evento foi considerado por todos de grande importância para a instituição e para a região, enaltecendo o convite dirigido pela FAPPC – Federação Nacional das Associações de Paralisia Cerebral.

Tratou-se de uma atividade de cariz solidário, o qual envolveu jovens e adultos com paralisia cerebral e doenças neurológicas e afins, instituições, amigos e famílias, contando para isso com a colaboração de todos, na minimização das barreiras ao turismo adaptado na região transmontana.

A APCVR, uma instituição de referência na deficiência motora, encarou este desafio como propulsor dos direitos da pessoa com deficiência, tendo sensibilizado toda a comunidade para a sua inclusão.





Imagem 1 - Fotografias do acampamento nacional das APC's

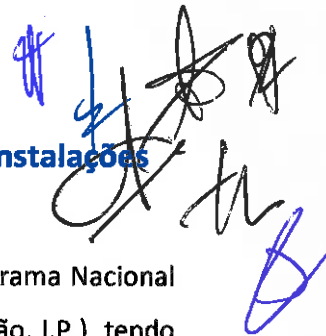


Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2017





#### **5.4.2.2. Promoção das Condições de Acessibilidade às Instalações da APCVR – Projeto 177/2017**



A Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, apresentou um projeto ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I. P. (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.), tendo em vista o financiamento das obras de “PROMOÇÃO DE CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ÀS INSTALAÇÕES DA APCVR”, ao qual foi atribuído o n.º 177/2017.

O projeto, teve como objetivo realizar um investimento, no edifício sede, de forma a dotá-lo de condições adequadas de acessibilidades, nomeadamente ao nível das larguras das portas das circulações e percursos acessíveis, criação de balcão de atendimento acessível, eliminação de desníveis nos percursos acessíveis e de barreiras arquitetónicas, etc.

O seu edifício sede iniciou o licenciamento em 1994, ou seja, a conceção do projeto de arquitetura do edifício tem 22 anos, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto e mesmo do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio.

Tratando-se de uma instituição que recebe e cujos seus utentes são de mobilidade condicionada, durante 22 anos, não esteve dotado dessas condições, pelo que a aprovação do projeto de financiamento e a realização destas obras eram fundamentais para a sua adaptação às condições de acessibilidade.

Em conformidade com o artigo 9º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, os edifícios existentes estariam obrigados a adaptarem-se num prazo de 10 anos, contados a partir da data de início da vigência do referido decreto-lei, terminando esse prazo a 8 de fevereiro de 2017.

Assim, estas obras para além de deixar as instalações em situação regular, permitem a todos os seus utilizadores, em particular a todos os utentes da APCVR usufruir de todos os espaços em situações de conforto, eliminando barreiras.

Após a divulgação dos resultados das candidaturas, verificou-se que felizmente o projeto apresentado foi aprovado pelo INR, I.P., com um valor global de cofinanciamento aprovado, de 17.351,53€, para um investimento global de 58.423,77€.

De forma a possibilitar a execução da obra, a mesma contou com o apoio financeiro do Município de Vila Real, no valor de 25.000€.

Os valores financeiros da obra são os seguintes:

Entidade	Valor	%
INR, I.P.	17 351,53 €	29,70%
Município de Vila Real	25 000,00 €	42,79%
APCVR	16 072,24 €	27,51%
<b>Valor total da obra</b>	<b>58 423,77 €</b>	<b>100,00%</b>

As obras foram inauguradas pelo Ex.mo Senhor Presidente do Município de Vila Real, Eng.º Rui Santos, no dia 17 de setembro de 2017.



Imagem 2 - Fotografias da inauguração das obras de promoção de condições de Acessibilidade à APCVR

Promotora:



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL

Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2017



Ministério do Trabalho, Segurança Social e Ação Social  
Avenida República, 100 - 4700-030 Vila Real

Apoio:

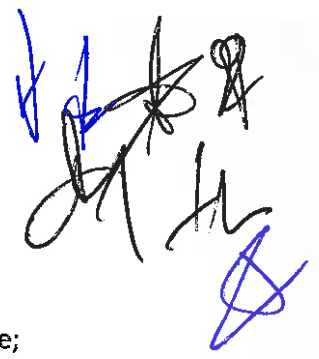


Município de Vila Real

### 5.4.3. BPI Capacitar 2016

O Projeto (D)Eficiência na Comunicação (D)EC, foi uma alavanca no desenvolvimento pessoal e individual dos nossos Utentes, proporcionando o acesso às novas tecnologias, através de uma sala de informática adaptada e personalizada às suas necessidades.

Com este projeto, procuramos a capacitação dos Utilizadores, com a aprendizagem e treinamento na utilização de sistemas alternativos e aumentativos de comunicação, para que os mesmos se traduzam numa integração e inclusão social plena com recursos inovadores no nosso distrito.



Foram objetivos deste projeto:

- ✓ Proporcionar o acesso a tecnologias adaptadas à deficiência e incapacidade;
- ✓ Dinamizar estratégias alternativas e aumentativas de comunicação;
- ✓ Proporcionar inclusão social;
- ✓ Oferecer tratamentos de (re)habilitação tecnológica aos Utentes em ambiente externo;

Assim, terminamos o período de projeto, com a aplicabilidade de uma nova metodologia de intervenção, focada na capacitação dos nossos Clientes para a inclusão social. Através de softwares ou aplicações informáticas específicos e periféricos adaptados, propusemo-nos a DAR VOZ aos Utentes e uma participação ativa no seu projeto de vida e na sociedade em geral.

A criação e utilização de sistemas de comunicação alternativos e informatizados, permitiram a diversos Clientes poderem-se dirigir a uma instituição ou serviço e comunicar, derrubando a barreira mais simples que os impede de se inserirem na sociedade.

Este projeto, apesar de ter sido concluído em dezembro de 2017, irá manter-se ativo na APCVR.



Imagem 3 - Fotografias o projeto BPI Capacitar 2016 - (D)Eficiência na Comunicação (D)EC

#### **5.4.4. Fundação EDP - Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2017”**

A APCVR, apresentou um projeto ao Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2017”, promovido pela Fundação EDP, denominado “ADAPTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E (IN)ERGIA(S) (IN) - INCLUSÃO (S) – SOCIAL”.

O projeto, previa a adaptação da cozinha e refeitório, para a realização de atividades de pastelaria decorativa, bem como da lavandaria, para aprender arranjos de costura e engomaria e do espaço exterior, para o cultivo de algumas espécies de flores e ervas aromáticas, de forma a que os utentes e beneficiários, possam experienciar o verdadeiro treino de competências em ambiente real, a estimulação sensorial e criarem arte em decorrência das suas capacidades.

A Câmara Municipal de Vila Real, será parceira no projeto, garantindo a sua implementação pela via financeira, para a componente de investimento, bem como no seu pleno desenvolvimento, proporcionando aos Utentes a INclusão Social que anseiam, na prestação de um serviço à comunidade e a sua ajuda no combate à pobreza, exclusão social e solidão, em que através do programa Câmara Amiga, será facilitada a distribuição pelas famílias referenciadas dos bens e produtos provenientes do projeto, como produtos alimentares, flores e ervas aromáticas. As famílias e a CMVR, serão convidadas a visitar as instalações com cores da vida, a cozinha com energia INclusiva e a lavandaria APC(IN), onde poderão fazer alguns dos seus arranjos de costura e usufruir da INclusão dos Utentes.

O projeto foi aprovado pela Fundação EDP, com um valor de comparticipação de 60.000,00€, para um investimento global do projeto de 123.784,62€.

Em conformidade com o regulamento do Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2017, o período de execução é o compreendido entre 01/10/2017 a 31/12/2018.



Imagem 4 - Fotografias das obras apoiadas pela Fundação EDP

Promotora:



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL

Com o apoio

fundação



Programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017



Município de Vila Real

*[Handwritten signature in blue ink]*

## 5.5. Actividades de Angariação de Fundos

### 5.5.1. 1ª Caminhada APCVR

Em 17 de setembro de 2018, a APCVR realizou a “1ª caminhada APCVR”, em parceria com o Município de Vila Real, integrada na semana europeia da mobilidade.

Com o carinho, colaboração, disponibilidade e solidariedade de todos os participantes da 1.ª Caminhada APCVR que decorreu a 17 de setembro de 2017, permitiu adquirir equipamentos novos para a Sala de Snoezelen – Estimulação Sensorial, pois os existentes encontravam-se danificados impedindo que muitas crianças e jovens usufruíssem em pleno desta terapia.

O investimento total, incluindo promoção, foi de 3.806,27€, tendo sido angariado o valor de 2.728,90€, e o valor remanescente foi suportado pela APCVR.

Agradecemos à Casa Dolores – patrocinador oficial do evento, que desde o início apoiou esta causa, assim como à Câmara Municipal e outros apoiantes.



Imagem 5 - Sala de Snoezelen requalificada



Imagem 6 - Fotografias da 1ª caminhada APCVR

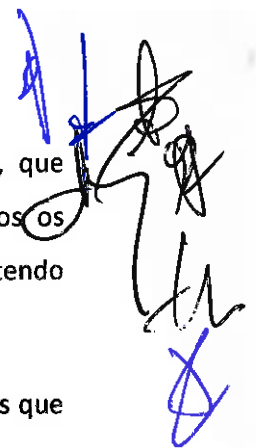
É para nós importante conduzir as decisões e alterações fundamentadas em factos, que traduzem a nossa dinâmica institucional, de forma a assegurar a satisfação de todos os elementos e recursos que contactam direta ou indiretamente com a nossa Instituição, tendo como base elementar a missão da APCVR.

O ano de 2017, traduziu-se em alterações na organização e procedimentos internos, mas que no global se traduziram em resultados satisfatórios ao nível das atividades desenvolvidas.

Naturalmente, acreditamos que em 2018 os resultados sofrerão transformações, fruto da consolidação das alterações desenvolvidas, associadas com o aumento da produtividade que se espera. Cingimo-nos por um ideal de qualidade e excelência que poderemos facilmente atingir com o contributo e flexibilidade de todos.

Contamos para isso, com a participação da nossa Direção e dos seus elementos ativos e presentes no nosso dia-a-dia, sendo fundamental o envolvimento de todos os Colaboradores, de modo a prestarem cuidados de excelência, para os nossos Clientes com quem eles trabalham diariamente.

Sem os elementos desta Associação de Paralisia Cerebral, não seria possível o crescimento e o alargamento das nossas respostas, que atualmente nos permitem acompanhar o Cliente em todo o seu percurso de vida, nas mais variadas formas, quer em acompanhamento institucional ou na própria comunidade.





Esta página foi propositadamente deixada em branco



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

### 5.5.2. Bar das Corridas APCVR / WTCC (48º CIVR)

Mais uma vez a APCVR, dinamizou o bar de apoio à realização das Corridas no 48º Circuito Internacional de Vila Real, tendo-se obtido o valor líquido total de 4.524,07€.



Imagem 7 - Fotografias do bar das corridas APCVR/WTCC (48º CIVR)

### 5.6. Donativos

A APCVR agradece em nome dos seus clientes os donativos financeiros e em espécie atribuídos durante o ano de 2017:

1. **Donativos Financeiros:** Durante o ano de 2017, foram efetuados vários donativos financeiros totalizando 5.950€, destacando-se: Bayer Portugal, Banco BPI, S.A., Crédito Agrícola, Município de Vila Real, entre outros.
2. **Donativos em espécie:** Pé Lindo, Armazéns de Calçado, Lda; Lameirão & Lameirão, Lda; Carnes Silva; Marcelino & Cepeda; Recheio; Padaria Fernandes; Manuel Guedes Silva; Petroeuropa, Lda;

### 5.7. Análise da Gestão Planeado vs Executado

O Relatório de atividades e contas de exercício, contempla a execução financeira durante o ano de 2017 e importa ao nível da gestão, fazer uma análise detalhada do resultado final das contas relativamente ao orçamento aprovado.

Salienta-se que 2017 foi um ano de grande rigor e controlo na gestão, com investimentos em projetos com algum significado, demonstrando os resultados de execução que a despesa foi reduzida em 8,75% na aquisição de géneros alimentares e 2,22% em recursos humanos. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos verificou-se um agravamento em 8,62%, fruto dos investimentos realizados na conservação e reabilitação do edifício sede, suportados pelos projetos cofinanciados.

Tabela 34 - Despesas a 31.12.2017 - Planeado vs Executado

Conta	Rubrica	Situação a 31.12.2017 (despesa)		
		Planeado	Executado	Desvios
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	43 700,00	39 877,02	-8,75%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	205 480,00	223 197,47	8,62%
63	Custos com pessoal	860 312,61	841 243,12	-2,22%

Relativamente aos proveitos, verificou-se na generalidade um aumento das receitas, com valores relevantes para suportar o aumento das despesas.

Ao nível do aumento da receita, os acréscimos significativos dos resultados de 2017, destaca-se a prestação de serviços (15,54%), os subsídios à exploração (16,59%) e os outros rendimentos e ganhos, onde se inclui os valores dos projetos cofinanciados (34,21%).

Importa ainda salientar o valor da consignação de 0.5% do IRS, que em 2017, representou uma receita de 3752,73€. Este valor representa uma redução de 30%, face ao ano anterior e demonstra a importância de se fazer campanhas de divulgação de forma a conseguir aumentar o valor para 2018.

**Tabela 35 - Receitas a 31.12.2017 - Planeado vs Executado**

Conta	Rubrica	Situação a 31.12.2017 (proveitos)		
		Planeado	Executado	Desvios
71	Vendas	300,00	165,62	-44,79%
72	Prestações de serviços	164 031,42	189 524,75	15,54%
73	Variação nos inventários de produção	,00	,00	
74	Trabalhos para a própria entidade	,00	,00	
75	Subsídios, doações e legados à exploração	884 268,84	1 030 939,44	16,59%
751	Subsídios estado e outros entes públicos	871 768,84	1 017 291,46	16,69%
7511	ISS, IP	788 363,52	922 691,61	
7512	Outras entidades públicas	83 405,32	86 072,98	
7515	Autarquias	,00	8 526,87	
752	Subsídios de outras entidades	12 500,00	13 647,98	9,18%
78	Outros rendimentos e ganhos	66 621,38	89 411,50	34,21%

### 5.8. Contas do exercício

O relatório de contas é apresentado em anexo, com os devidos e adequados comentários da gestão contabilística.

Apresenta-se apenas um resumo e uma breve análise relativa ao(s) ano(s) anterior(es).

**Tabela 36 - Imputação dos gastos e perdas (2014, 2015, 2016 e 2017)**

GASTOS E PERDAS	2014	2015	2016	2017	Variação		
					2014-15	2015-16	2016-17
Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	41 390,63	67 092,60	39 774,94	39 877,02	62,10%	-40,72%	0,26%
Variação nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fornecimentos e serviços externos	197 568,34	199 128,14	190 237,83	223 197,47	0,79%	-4,46%	17,33%
Gastos com o pessoal	926 207,43	910 385,12	891 746,08	841 243,12	-1,71%	-2,05%	-5,66%
Gastos de depreciação e amortização	94 832,50	50 114,00	94 062,73	93 807,49	-47,16%	87,70%	-0,27%
Outros gastos e perdas	76 752,74	37 893,52	12 593,73	30 447,83	-50,63%	-66,77%	141,77%
Gastos e perdas de financiamento	3 114,64	2 465,86	993,24	385,15	-20,83%	-59,72%	-61,22%
<b>TOTAL</b>	<b>1 339 866,28</b>	<b>1 267 079,24</b>	<b>1 229 408,55</b>	<b>1 228 958,08</b>	<b>-5,43%</b>	<b>-2,97%</b>	<b>-0,04%</b>

Em termos de estrutura dos custos, o ano de 2017, representou uma redução de 5,66% nos custos com o pessoal, tendo-se mantido ao nível das mercadorias e matérias consumidas. No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, executou-se com agravamento de 17,33%, porque 2017, foi o ano de investimento ao nível dos projetos cofinanciados, que contribuíram para a despesa na rubrica de conservação e reparação, em particular do edifício sede.

Os custos totais no ano de 2017 mantiveram-se na linha do executado em 2016, apesar dos investimentos desenvolvidos pelos projetos aprovados e cofinanciados pelo INR, I.P. e Fundação EDP.

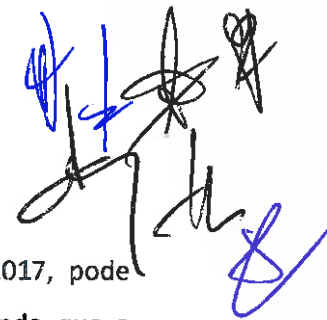
Tabela 37 - Imputação dos proveitos (2014, 2015, 2016 e 2017)

RÉDITO/RENDIMENTOS E GANHOS	2014	2015	2016	2017	Variação		
					2014-15	2015-16	2016-2017
Vendas e Prestações de serviços	153 283,08	171 928,00	182 775,27	189 524,75	12,16%	6,31%	3,69%
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0,00			
Subsídios á exploração	1 015 308,75	1 034 154,59	996 783,27	1 030 939,44	1,86%	-3,61%	3,43%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros rendimentos e ganhos	173 380,89	61 419,81	99 063,73	89 411,50	-64,58%	61,29%	-9,74%
Juros de dividendos e out.rendimentos	7 238,82	261,28	24,84	0,00	-96,39%	-90,49%	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1 349 211,54</b>	<b>1 267 763,68</b>	<b>1 278 647,11</b>	<b>1 309 875,69</b>	<b>-6,04%</b>	<b>0,86%</b>	<b>2,44%</b>

Os proveitos totais no ano de 2017 aumentaram 2,44% relativamente a 2016, fundamentalmente justificados pelos apoios financeiros obtidos nos projetos aprovados e desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, nomeadamente INR, I.P., e Fundação EDP.

## 5.9. Resultados

Face às contas apresentadas, o resultado operacional do exercício, saldou-se num resultado líquido positivo de 80 917,61€. Este resultado só foi possível fruto de uma gestão de rigor, com envolvimento de todos, bem como a receitas extraordinárias provenientes de projetos aprovados e que se encontram em desenvolvido, com algum deferimento.



## 6. CONCLUSÃO

O presente Plano de ação e orçamento do exercício económico do ano de 2017, pode considerar-se de transição, pois coincide com a mudança de órgãos sociais, sendo que a execução coube aos órgãos sociais que terminaram funções a 15 de janeiro de 2018, e a elaboração e aprovação do documento cabe aos novos órgãos sociais.

De uma forma geral, considera-se que o Plano de Atividades e orçamento aprovado para o ano 2017, foi cumprido na sua generalidade, com realização da maioria das atividades planeadas e cumprimento dos resultados previsionais ao nível financeiro.

De um modo geral, até houve superação das atividades previstas, pois fruto dos projetos/candidaturas aprovadas durante o ano, resultaram atividades adicionais a realizar e possibilitar aos Clientes / Utentes vivências e oportunidades que sem esses apoios não seria possível.










Foram ainda executadas algumas atividades não planeadas no decorrer do ano de 2017, valorizando os cuidados de saúde dos nossos Clientes, e a interação com a família e comunidade.

A política de melhoria na qualidade dos recursos e dos nossos serviços, tem obrigatoriamente que imperar no biénio 2018-2019.

Em termos financeiros, o ano de 2017 foi um ano rigoroso ao nível da gestão e do controlo de custos, refletivo na dificuldade na tomada de decisões ao nível da reorganização do pessoal, que por serem tidas tomadas atempadamente ainda se conseguiu equilibrar os custos previstos com o pessoal, mesmo atendendo ao seu aumento relativo às indemnizações.

Ressalvamos que o resultado positivo das contas de 2017, deve-se fundamentalmente aos cofinanciamentos e apoios obtidos para os projetos, que para além de suportarem custos de investimentos, suportam igualmente custos de exploração, que reduzem o impacto financeiro global da APCVR.

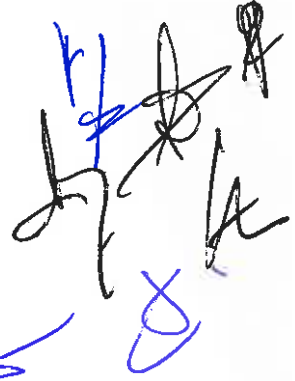
Finalmente, no final de mais um ano de atividade, vem a Direção, expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possíveis os nossos resultados:

-  A os nossos clientes por nos escolherem;
-  A os nossos colaboradores pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
-  A os nossos parceiros que nos apoiam na concretização da nossa missão
-  A todos os voluntários que nos ofereceram tão generosamente: tempo, talento e solidariedade;
-  A os nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua qualidade dos serviços que prestamos;
-  A os nossos benfeitores, que com as suas contribuições financeiras e em espécie, nos ajudam a concretizar os nossos objetivos.
-  A os órgãos da estrutura organizacional do triénio 2015-2017;
-  A os órgãos da estrutura organizacional do quadriénio 2018-2021;
-  A os nossos sócios, pelo seu apoio solidário na vida da instituição;

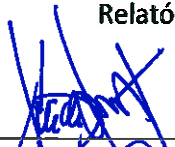

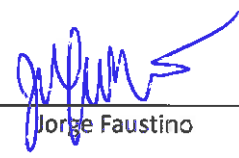
**Muito Obrigado!**

Atenciosamente

Vila Real, 12 de março de 2018

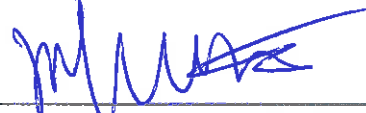


Relatório de Atividades e Contas de Exercício Elaborado por:

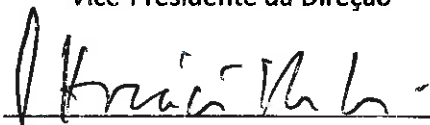
 _____ Rui Almeida Chefe Secção Administrativa e Financeira	 _____ Sofia Borges Diretora Técnica	 _____ Jorge Faustino
--	--	--

Aprovado em Reunião de Direção de 14 de Março de 2017

Presidente da Direção

  
\_\_\_\_\_  
Jorge de Jesus Pereira Faustino

Vice-Presidente da Direção

  
\_\_\_\_\_  
João Horácio Soares Medeiros

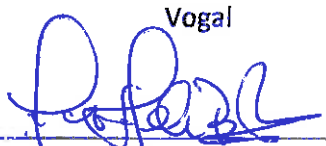
Tesoureiro

  
\_\_\_\_\_  
Artur Ribeiro de Carvalho

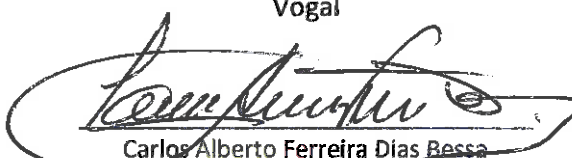
Secretário

  
\_\_\_\_\_  
Márcio Alexandre Monteiro Pereira

Vogal

  
\_\_\_\_\_  
Maria Helena Barros Pimentel

Vogal

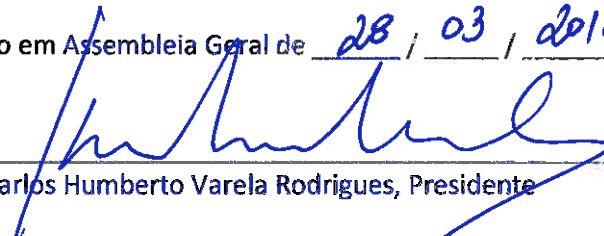
  
\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Ferreira Dias Bessa

Vogal

  
\_\_\_\_\_  
Armando Jorge Carvalhais Figueiredo



Aprovado em Assembleia Geral de 28 / 03 / 2018

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Humberto Varela Rodrigues, Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Lígia Marina de Sousa Pinto, Secretária

  
\_\_\_\_\_  
Armínio José Dinis Lameirão, Secretário



Esta página foi propositadamente deixada em branco



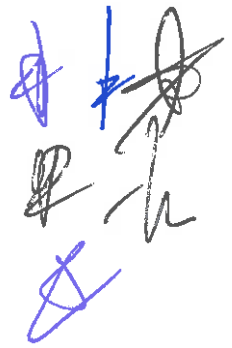


*[Handwritten signatures and initials]*





## 7. ANEXO – CONTAS DO EXERCÍCIO 2017

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL



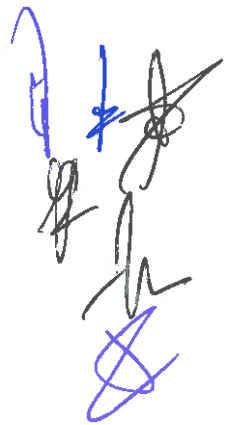
Aprovação Assembleia Geral  
28/03/2018

  
Lúcio  


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO  
EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2017

SUMÁRIO:

Relatório de Gestão  
Peças Finais de Apresentação de Contas  
Balanco do exercício  
Demonstração dos Resultados Líquidos  
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados  
Trabalho Voluntário  
Balancete de razão final de apuramento de resultados  
Balancete de razão de regularização de exercicio  
Balancete de situação mês de Dezembro de 2014  
Activo immobilizado  
Mapa de reintegrações e amortizações  
Balancete analítico antes do apuramento de resultados  
Conciliação bancaria  
Resultado por Valências  
Mapa de controlo de subsidios ao investimento  
Demonstração dos fluxos de caixa  
Análise integrada de rendibilidade  
Análise do Equilíbrio Financeiro  
Outros indicadores económico financeiros  
Parecer do Concelho fiscal



## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2017

Em cumprimento de disposições legais cunpre-nos apresentar o relatório de gestão da entidade denominada "Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real" referente ao exercício económico do ano de 2017, pelo que em resultado da actividade desenvolvida suportou gastos no valor total de 1 228 958,08 euros.

Sendo de realçar, que os gastos foram imputados da seguinte forma:

Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	39877,02
Varição nos inventários de produção	0,00
Fornecimentos e serviços externos	223197,47
Gastos com o pessoal	841243,12
Gastos de depreciação e amortização	93807,49
Outros gastos e perdas	30447,83
Gastos e perdas de financiamento	385,15
<b>TOTAL</b>	<b>1228958,08</b>

Para réditos realizados, no valor total de 1 309 875,69 euros, imputados da seguinte forma:

Vendas	0,00
Prestações de serviços	189524,75
Varição nos inventários de produção	0,00
Subsídios á exploração	1030939,44
Trabalhos para a própria entidade	0,00
Outros rendimentos e ganhos	89411,50
Juros de dividendos e out.rendimentos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1309875,69</b>

A unidade investiu no seu activo fixo tangível a quantia de 149625,18 euros, tendo como suporte essencialmente gastos em obras de "Promoção de Condições de Acessibilidade das Instalações e Equipamentos", bem como em equipamentos administrativos, nomeadamente renovação do equipamento informático.

A Direcção na gestão operacional do empréstimos pela entidade, procedeu a amortizações no valor total de 2 530,13 euros o que totaliza uma divida final de 8 719,55 euros.

O resultado da actividade operacional saldou-se por um resultado liquido positivo de 80 917,61 euros.

Para o resultado líquido obtido, contribui pela sua natureza a aplicação de taxas máximas de amortização e depreciação do exercício no valor de 93 807,49 euros, tendo sido suportado um gasto com despesas de pessoal no valor global de 841 243,12 euros, bem como FST no valor total de 223 197,47 euros, um gasto com o custo das matérias primas consumidas no valor total de 39 877,02 euros o que originou réditos em subsídios à exploração com destaque para as transferências do CRSS no valor de 922 691,61 euros, bem como da Direcção Regional Educação do Norte no valor de 86 072,98 euros, assim como; subsídios de Outras Entidades que totaliza o valor de 22 174,85 euros e obteve um volume total de vendas e serviços prestados no valor de 189524,75 euros.

De realçar a continuidade dos serviços prestados pela unidade na execução do serviço denominado “Transportes Especiais”, trabalho prestado ao Ex.mo Município de Vila Real, que totaliza um volume de negócios anual de 46 624, euros.

Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, verifica-se a reposição técnica do investimentos a fim de dar cumprimento ao artigo 22º do Código de IRC, tendo sido relevado o valor de 43 376,93 euros.

Bem como é de realçar participações de capital registadas na classe 5 conta 59, sub-conta 59318 – Município de Vila Real no valor de 25 000,00 euros para participação nas obras realizadas, entre outros subsídios correntes.

É de realçar a participação para as obras realizadas das transferências no valor de 17 351,53 efetuadas pelo “INR – Promoção Condições Acessibilidades Instalações APCVR” e registadas como proveito operacional na conta 7818 a seu pedido ou seja como proveito operacional.

A instituição não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Relativamente ao futuro, pensamos continuar a desenvolver o trabalho realizado, procurando melhorar e rentabilizar os gastos operacionais, bem como continuar a desenvolver os projetos de obras iniciados. Aguardando a colaboração e participação de outras entidades nomeadamente a EDP – Eletricidade de Portugal.

Em face do exposto propõe-se a aplicação dos resultados líquidos positivos de 80 917,61 euros em:

Resultados transitados.....Na totalidade

Aproveita-se para agradecer a todos os trabalhadores e colaboradores que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e solidificação da entidade.

A Direcção

Vila Real, 06 de Março de 2018

**BALANÇO EM 31-12-2017**  
(montantes em euros)

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA  
CEREBRAL DE VILA REAL**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2041347,88	1985530,19
Outros ativos financeiros		3567,64	2485,02
		<b>2044915,52</b>	<b>1988015,21</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Clientes		52501,30	53082,27
Estado e outros entes públicos		214,71	207,57
Outras contas a receber		3573,13	4328,38
Diferimentos			0,00
Ativos financeiros detidos para negociação			0,00
Outros ativos financeiros		750,00	20751,51
Caixa e depósitos bancários		116355,98	97095,94
		<b>173395,12</b>	<b>175465,67</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2218310,64</b>	<b>2163480,88</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Fundos		2421,43	2421,43
Reservas Estatutarias		711112,46	711112,46
Outras reservas		2649,18	2649,18
Resultados transitados		(75454,24)	(124692,80)
Ajustamentos em ativos financeiros		(1052,40)	(1052,40)
Outras variações no capital próprio		1347004,76	1365381,69
Resultado líquido do período		80917,61	49238,56
<b>Total do capital próprio</b>		<b>2067598,80</b>	<b>2005058,12</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		8719,55	11249,68
		<b>8719,55</b>	<b>11249,68</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		14952,79	18182,88
Estado e outros entes públicos		22953,81	19199,58
Outras contas a pagar		104085,69	109790,62
		<b>141992,29</b>	<b>147173,08</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>150711,84</b>	<b>158422,76</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>2218310,64</b>	<b>2163480,88</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado N° 17529

ASSOCIAÇÃO PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA			
Dezembro 2017			
RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2017	2016
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados.....		189.524,75	182.775,27
Subsídios à exploração.....		1.030.939,44	996.783,27
Variação nos inventários da produção.....		,00	,00
Trabalhos para a própria entidade.....		,00	,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(39.877,02)	(39.774,94)
Fornecimentos e serviços externos.....		(223.197,47)	(190.237,83)
Gastos com o pessoal.....		(841.243,12)	(891.746,08)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....		,00	,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		,00	,00
Provisões (aumentos/reduções).....		,00	,00
Outras imparidades (perdas/reversões).....		,00	,00
Aumentos/reduções de justo valor.....		,00	,00
Outros rendimentos e ganhos.....		89.411,50	99.063,73
Outros gastos e perdas.....		(30.447,83)	(12.593,73)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>175.110,25</b>	<b>144.269,69</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(93.807,49)	(94.062,73)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>81.302,76</b>	<b>50.206,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos.....		,00	24,84
Juros e gastos similares suportados.....		(385,15)	(993,24)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>80.917,61</b>	<b>49.238,56</b>
Imposto sobre o rendimento do período.....		,00	,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>80.917,61</b>	<b>49.238,56</b>
A Direcção		O Contabilista Certificado N° 17529	

*[Handwritten signatures in blue ink]*

*[Handwritten signature in black ink]*

*[Handwritten initials and logo]* **apcivr**

## ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2017.

### 1- Caracterização da entidade:

1,1 – Designação: ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL

1,2 – Sede : Av. Osnabruck em Vila Real

1,3 – Natureza da actividade: Prevenção, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da Pessoa com paralisia cerebral.

1,5 – Número médio de trabalhadores: 61 pessoas.

### 2 – Referencial contabilístico.

2,1 – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as bases para a preparação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código das contas e as normas contabilísticas de relato financeiro NCRF. Mais especificamente foram utilizadas as normas contabilísticas e de relato financeiro específico para a actividade.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base todos os princípios e pressupostos contabilísticos, nomeadamente: Princípio da continuidade, regime da periodização económica ou seja do acréscimo, materialidade e agregação, compensação etc.

### 3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3,1 – Alteração das políticas contabilísticas: Nada a assinalar.

3,2 - Alterações nas estimativas contabilísticas: Nada a assinalar.

3,1 – Base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: foi a aplicação das normas do sistema SNC bem como todos os princípios contabilísticos.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

#### – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### – Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, As quantias de rendimento atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos.

#### – Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.



## Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os créditos de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

## Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras- Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## Moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

## Activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após inicio de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o periodo de vida útil estimado para cada classe de activos.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são considerados como gastos no período em que ocorram. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais são capitalizados no item de activos fixos.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registados na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

## Propriedades de investimento.

As propriedades de investimento compreendem edificios e outras construções detidos para auferir rendimento e ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (IMI), são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de propriedades de investimento.

– Activos intangíveis.

Às semelhanças dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, que sejam controlados e se possa medir razoalmente o seu valor.

As amortizações dos activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

– Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa, são registados pelo método de equivalência patrimonial no item “investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerada “Goodwill” sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade.

– Imposto sobre o rendimento

A empresa não se encontra sujeita a Imposto sobre o rendimento das Pessoas colectivas (IRC).

– Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais.

-Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

#### -Caixa e depósitos bancários

Esta item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários.

#### - Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futura, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

#### -Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### -Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração de resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

#### - Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas de acordo com a NCRF 9 – Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

– Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber de serviços decorrentes da actividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do periodo a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o periodo até a maturidade.

– Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsidio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuidos a fundo perdido para o financiamento de activos fixas tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo periodo de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no periodo, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsidio.

**4 – Activos fixos tangíveis:**

4,1 – Vidas uteis e ou as taxas de depreciação usadas; Foram aplicadas de acordo com normativo legal. Para o efeito foram aplicadas as taxas maximas de depreciação.

4,2 – Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no inicio e no fim do periodo, conforme mapas em anexo:

Movimentos ocorridos no inicio e fim do periodo para activos fixos tangíveis e investimentos financeiros:

Rubricas	Activos fixos	Investimentos	Activos F tang	
	Tangíveis	financeiros	em curso	
<b>Activo Bruto</b>				
Saldo Inicial	3470115,26	2.485,02	1.785,00	
Aquisições/Aumentos	149625,18	1.082,62	0,00	
Abates	0,00	0,00	0,00	
Revalorizações	0,00			
Saldo Final	3619740,44	3.567,64	1.785,00	3625093,08
<b>Amortizações e depreciações</b>				
Saldo Inicial	1486370,07	0,00	0,00	
Reforço	93807,49	0,00	0,00	
Abates	0,00	0,00	0,00	
Regularizações	0,00	0,00	0,00	
Saldo Final	1580177,56	0,00	0,00	2044015,52

Movimento ocorrido no período nos ativos fixos tangíveis.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Terrneos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	2724368,59	120198,09	0,00	0,00	0,00	2844566,68
Equipamento básico	207451,68	6924,54	0,00	0,00		214376,22
Equipamento de transporte	316695,99	0,00	0,00	0,00	0,00	316695,99
Equipamento administrativo	206312,18	22072,05	0,00	0,00	0,00	228384,23
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos	15286,82	430,50	0,00	0,00	0,00	15717,32
Obras em curso	1785,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1785,00
	<b>3471900,26</b>	<b>149625,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3621525,44</b>

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including a large arrow pointing upwards and several illegible signatures.

## 5 – Activos intangíveis:

Nada a assinalar.

## 6 – Inventários:

6,1 – Foi utilizado o sistema de inventário intermitente e a forma de custeio foi a do custo médio.

Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas, como segue:

Movimento	Custo das mercadorias e matérias primas		
	Mercadorias	Matérias Prim	Totais
Existência inicial	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	39.877,02	39.877,02
Reclassificações e Regularizações	0,00	0,00	0,00
Existência final	0,00	0,00	0,00
<b>C.E.V.C.</b>	<b>0,00</b>	<b>39.877,02</b>	<b>39.877,02</b>

## 7 – Rédito

7,1 Divulgar:

a) A quantia de cada categoria significativa de rédito:

Réditos	Valores	
	2017	2016
Vendas	0,00	165,62
Prestações de serviços	189524,75	182609,65
Variação nos inventários de produção	0,00	0,00
Subsidios á exploração	1030939,44	996783,27
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	89411,50	99063,73
Juros de dividendos e out.rendimentos	0,00	24,84
<b>TOTAL</b>	<b>1309875,69</b>	<b>1278647,11</b>

**8- Provisões:**

8,1 – Para cada classe de provisão, divulga-se:

a) de acordo com mapa em anexo: Nada a assinalar.

e) De acordo com mapa em anexo:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Provisão para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

**9 – Subsídio do Estado e Outras Entidades.**

9,1 – A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidas nas demonstrações financeiras;

a) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecido nas demonstrações financeiras; Conforme mapa em anexo:

Subsídios do Estado e Outras Entidades			
Subsídios	Conta	2017	2016
Subsídios do Governo			
ISS, IP – Centro Distrital e			
Fundo de Socorro Social	7511	922691,61	907254,98
Subsídio de Outras Entidades	7512/752	108247,83	89528,29
Total		1030939,44	996783,27

**10 – Imposto sobre o rendimento:**

10,1 Nada a assinalar.

**11 – Activos e passivos financeiros:**

a) Os termos e garantia de penhor à garantia eventual, penhor ou promessa de penhor, será naturalmente de acordo com os termos legais em vigor.

Ativos financeiros	Conta	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Clientes	21	53082,27	0,00	580,97	52501,30
Fornecedores	22	1026,34		1011,92	14,42
Pessoal	23	0,00	256,67	0,00	256,67
Estado e outros entes públicos	24	207,57	7,14		214,71
Financiamentos obtidos	25	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber e a pagar	27	3302,04	0,00	0,00	3302,04

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Passivos financeiros	Conta	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Fornecedores	22	18182,88	0,00	3230,09	14952,79
Pessoal	23	13282,39		13282,39	0,00
Estado e outros entes públicos	24	19199,58	3754,23		22953,81
Financiamentos obtidos	25	11249,68	0,00	2530,13	8719,55
Outros contas a receber e a pagar	27	96457,23	7628,46	0,00	104085,69

b) Não foram reconhecidas perdas por imparidade no período.

c) Não foram reconhecidas quaisquer reversões de perdas por imparidade durante o período.

## 12 – Capital próprio:

12,1 – Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções no exercício:

### Demonstração da variação dos capitais próprios

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundo social	2421,43	0,00	0,00	2421,43
Reservas	713761,64	0,00	0,00	713761,64
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros	-1052,40	0,00	0,00	-1052,40
Resultados transitados	-124692,80	0,00	49238,56	-75454,24
Outras variações no capital próprio	1365381,69	0,00	18376,93	1347004,76
Resultados líquidos	49238,56	31679,05	0,00	80917,61

## 13 – Benefícios dos empregados.

Número médio de funcionários: 61 pessoas.

Outras informações de acordo com mapa em anexo:

### Benefícios dos empregados

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	640651,93	643664,40
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	0,00	59251,22
Encargos sobre as Remunerações	142645,59	133471,60
Seguros de acidentes no trabalho e	6259,71	5193,29
Doenças Profissionais		
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	51685,89	50165,57
<b>Total</b>	<b>841243,12</b>	<b>891746,08</b>

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais: Procura-se dar o melhor cumprimento de acordo com as normas legais.

15 – Outras informações:

O total de gastos e a quantia de cada categoria reconhecida durante o período.

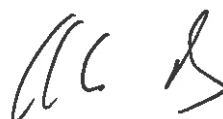
GASTOS	Valores	
	2017	2016
Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	39877,02	39774,94
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	223197,47	190237,83
Gastos com o pessoal	841243,12	891746,08
Gastos de depreciação e amortização	93807,49	94062,73
Outros gastos e perdas	30447,83	12593,73
Gastos e perdas de financiamento	385,15	993,24
TOTAL	1228958,08	1229408,55
Resultado	80917,61	49238,56

À consideração de V. Ex.

A Direcção


O Contabilista Certificado





## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS de 2017**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da APCVR - Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, nos termos do artigo 32º dos Estatutos, acompanhou a atividade da Associação, analisando o exercício de 2017 em especial o Relatório de Atividades, a Demonstração de Resultados, o Balanço, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios.

- 1) As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) previsto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.
- 2) Após análise de todos os documentos, consideramos importante destacar o seguinte:
  - a) O Relatório de Atividades está apresentado de forma a permitir uma fácil leitura e compreensão da situação/atividade da associação.
  - b) As Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direção espelham fidedignamente a atual situação financeira da Associação.
  - c) Em 31-12-2017, final do período em análise, a Associação apresenta um líquido positivo de 80 917,61 €, uma melhoria da ordem dos 64% relativamente aos de 2016. Esta melhoria justifica-se com a redução de 50 500 € nos Gastos com Pessoal, e o aumento dos subsídios à exploração de 34 150 €, que compensaram o aumento de 33 000 € nos Gastos com Fornecimento s e serviços externos.
  - d) O Capital Próprio em 31-12-2017 ascende a cerca de 2 067 600 €, que representa um crescimento de 3% relativamente ao de 2016.
- 3) A contabilidade respeita completamente os pressupostos e os princípios geralmente aceites no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística e os documentos contabilísticos encontram-se devidamente registados e arquivados segundo as normas em vigor.
- 4) O Conselho Fiscal informa a Direção que estando a APCVR abrangida pelo Protocolo de Cooperação celebrado entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e não ultrapassando nos anos de 2016 e 2017 dois dos limites, estabelecidos no artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais, acrescidos do fator 1,7 previsto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 64/2013, de 13 de maio, não está obrigada a designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal das contas.
- 5) O Conselho Fiscal agradece à Direção o seu empenho no cumprimento dos prazos de entrega dos documentos oficiais objeto de análise.



Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório e Contas da Associação referente ao exercício de 2017 sejam aprovados.

Vila Real, 19 de março de 2018

O Conselho Fiscal,

O PRESIDENTE,

---

Eduardo Luís Varela Rodrigues

OS VOGAIS,

---

José Manuel Magalhães Ribeiro

---

Ana Virgínia Vaz Pinto Villaverde